



DIÁRIO OFICIAL

da Câmara

República Federativa do Brasil
Estado do Pará - Belém

CIRCULAÇÃO: 17, 18, 19, 20 e 21 de fevereiro de 2025.

ANO XLII

Nº 2136

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM

MESA DIRETORA

JOHN WAYNE HOLANDA PARENTE
Presidente – MDB

JOÃO PAULO ALBUQUERQUE COELHO
1º Vice-Presidente – PDT

VALCINÉIA MARQUES FARIAS
2º Vice-Presidente – PT

PATRICIA LUILA QUEIROZ CAPRA
3º Vice-Presidente – PP

JOSÉ MARIA DE LIMA SEGUNDO
4º Vice-Presidente – PL

TULIO DIAS DAS NEVES
1º Secretário – PSD

MARCO FELIPE DE LIMA VINAGRE
2º Secretário – UNIÃO

JOSÉ AUGUSTO PEREIRA DOS SANTOS
3º Secretário – REPUBLICANOS

LUIS ANTONIO DA COSTA PINHEIRO JÚNIOR
4º Secretário – PSDB

VEREADORES

BANCADA MDB

BLENDA CECÍLIA ALVES QUARESMA (Blenda Quaresma)
CLEOSON SOUZA DA SILVA (Bico)
FÁBIO JORGE CARVALHO DE SOUZA (Fábio Souza)
EMINA SILVANE GOMES DA SILVA FERRAZ (Silvane Ferraz)
JOHN WAYNE HOLANDA PARENTE (John Wayne)
PABLO RAFAELLO RAYMOND DA SILVA FARAH (Pablo Farah)
RENAN CENTENO NORMANDO (Renan Normando)
RONISON ROGÉRIO SOZINHO PARAGUASSU (Roni Gás)
WASHINGTON COSTA DE ALBUQUERQUE (Neném Albuquerque)

BANCADA PSD

ANDRÉ MARTHA TAVARES FILHO (André Martha)
JOSIAS DA SILVA HIGINO (Josias Higino)
SALETE FERREIRA SOUZA (Pastora Salete)
TULIO DIAS DAS NEVES (Túlio Neves)

BANCADA PL

AGATHA SODRÉ BARRA DO AMARAL (Agatha Barra)
MAYKY TAYLY GUIMARÃES FRANCO (Mayky Vilaça)
JOSÉ MARIA DE LIMA SEGUNDO (Zezinho Lima)

BANCADA UNIÃO

JOSÉ LUIS PANTOJA MORAES (Zeca do Barreiro)
MARCO FELIPE DE LIMA VINAGRE (Felipe Vinagre)
VITOR SALES CAMINHA (Vitor Sales)

BANCADA PDT

JOÃO PAULO ALBUQUERQUE COELHO (João Coelho)
RAQUEL FERREIRA VIANA (Raquel dos Animais)

BANCADA PSDB

LUIS ANTONIO DA COSTA PINHEIRO JÚNIOR (Lulu das Comunidades)

BANCADA REDE

IGOR GUAPINDAIA DE ANDRADE (Igor Andrade)

BANCADA REPUBLICANOS

JOSÉ AUGUSTO PEREIRA DOS SANTOS (Augusto Santos)
MARCOS ROBERTO XAVIER (Marcos Xavier)

BANCADA PV

MOACIR IRAN NASCIMENTO MORAES FILHO (Moa Moraes)

BANCADA PSB

MICHELL MENDES DURANS DA SILVA (Michel Durans)

BANCADA PP

NAYARA BARBALHO DA CRUZ (Nayara Barbalho)
PATRICIA LUILA QUEIROZ CAPRA (Patrícia Queiroz)

BANCADA PSOL

MARINOR JORGE BRITO (Marinor Brito)
VIVIANE DA COSTA REIS (Vivi Reis)

BANCADA PT

ALFREDO CARDOSO COSTA (Professor Alfredo Costa)
VALCINÉIA MARQUES FARIAS (Neia Marques)

BANCADA PC DO B

RODRIGO FERREIRA DE MORAES (Rodrigo Moraes)

BANCADA PRD

JORGE LEÔNIDAS VAZ DA COSTA (Jorge Vaz)

ATO Nº 2538/2024, de 31 de dezembro de 2024.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno.

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do Art.44, Parágrafo Único, Inciso I, da Lei nº 7.502/90, de 20.12.90, servidores abaixo relacionados, ocupantes do cargo comissionado do Gabinete do Vereador **WASHINGTON COSTA DE ALBUQUERQUE (NENÉM ALBUQUERQUE)**, a partir de 31.12.2024.

COORDENADOR DE GABINETE – CMB-DAS-200.3

MARCOS ANTONIO GOMES MELO

SECRETÁRIO LEGISLATIVO

NÍVEL 01

ANTONIO AUGUSTO RODRIGUES DOS SANTOS
CLAUDIO ROGERIO SANTANA TAVARES
CRISTIANA SAMPAIO BRAGA
FABIO VINICIUS GUIMARÃES SANTOS
GERSON SILVA DA COSTA
IVAN JOSÉ DOS SANTOS

LAERCIO BRANCO DA CUNHA

LILIANE DE SOUZA COSTA E COSTA

LUIZ CARLOS DE ANDRADE GONZAGA

MARIA DO SOCORRO SILVA FERNANDES

MARIA IDORIANA MOREIRA DOS SANTOS

PATRICIA RIBEIRO GOUVEA SOARES

PAULO ANDREY DE AZEVEDO MAIA

SOLANGE DE AZEVEDO MAIA

SONIA MARIA PEREIRA

THIFANY LORENA VILHENA MORAES

NÍVEL 02

BRUNO WAGNER SOUZA DOS SANTOS

NÍVEL 05

TANIA FERREIRA DA SILVA

THAYANE HELENA PANTOJA PEREIRA

NÍVEL 08

CAROLINE INGRID DE MIRANDA MELO

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 31 de dezembro de 2024.

JOHN WAYNE

Presidente

ÁLLAN POMBO

1º Secretário

EMERSON SAMPAIO

2º Secretário

ATO Nº 2539/2024, de 31 de dezembro de 2024.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno.

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do Art.44, Parágrafo Único, Inciso I, da Lei nº 7.502/90, de 20.12.90, servidores abaixo relacionados, ocupantes do cargo comissionado do Gabinete do Vereador **TULIO NEVES**, a partir de 31.12.2024.

COORDENADOR DE GABINETE – CMB-DAS-200.3

RENATA NEVES FIGUEIREDO

SECRETÁRIO LEGISLATIVO

NÍVEL 01

CLAUDIA MARIA MORAIS MENEZES

DAYANA ROLIM EVANGELISTA SIMÕES

DORALICE SANTOS DA SILVA

JOSÉ MARCELO ANSELMO DE OLIVEIRA NETO

KESYA KARINE DO VALE SOUZA

MARCIA DO SOCORRO SANTOS ROCHA

NAZARENO CHAVES ANDRADE

RENILDE SILVA DOS SANTOS

ROBERTA BAIA CORREA

WILLIAM DA COSTA MATOS

NÍVEL 02

ALEFF WELSON FURTADO RODRIGUES

FABIEL DOS SANTOS RODRIGUES

FRANCISCO WILTERLANDY DE OLIVEIRA

MATÉRIAS PUBLICADAS NESTA EDIÇÃO

ATO.....	05
ATA.....	09
EDITAL.....	02
EMENDA A LEI ORGANICA.....	02
RESOLUÇÃO.....	03
TERMO DE POSSE.....	01

DIÁRIO OFICIAL

da CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM

Sede: Palácio "Vereador Augusto Meira Filho"
End: Travessa Curuzú, nº 1755 – Marco
CEP: 66093-802 Belém – Pará
Homepage: www.cmb.pa.gov.br
Editado: Divisão de Comunicação Social – DICOS/CMB
Responsável: **Maickson Manoel Deivid Ribeiro da Conceição**- DICOS
Registro nº 2719 – DRT / PA
Impresso: Setor de Imprensa Oficial – SIOF/CMB
Responsável: **PAULO FREDERICO CARDOSO DE CASTRO LEÃO** - SIOF

SECRETÁRIO LEGISLATIVO

NÍVEL 04

SKHARLETY KAROLINA SOARES NASCIMENTO
TEREZA FRANCISCA DA SILVA NETA

NÍVEL 05

ARTHUR CEZAR GONÇALVES NEVES
DANIELE CASTRO ANTUNES
RENILCE ARUAJO GAMA
RODILSON JOSÉ SOUZA SOARES

NÍVEL 06

MÁRIA DA CONCEIÇÃO DE ALMEIDA ROSA

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 31 de dezembro de 2024.

JOHN WAYNE
Presidente

ÁLLAN POMBO
1º Secretário

EMERSON SAMPAIO
2º Secretário

ATO Nº 2537/2024, de 31 de dezembro de 2024.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno.

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos dos Art.44, Parágrafo Único, Inciso I, da Lei nº 7.502/90, de 20.12.90, servidores abaixo relacionados, ocupantes do cargo comissionado do Gabinete do Vereador **JOHN WAYNE**, a partir de 31.12.2024.

COORDENADOR DE GABINETE – CMB-DAS-200.3

HANDRIELLY SABRINA PEREIRA DA SILVA

SECRETÁRIO LEGISLATIVO

NÍVEL 05

LEANDRO MOREIRA D ALMEIDA

NÍVEL 08

ANA CAROLINA RAMOS CAMPOS
ANA CAROLINA RODRIGUES ALVES
AUGUSTO CLOVIS BARATA PIRES
CARLA ZENAIDE CRUZ CHAVES
CLICIA SOUZA SILVA
DJANELLY CRISTINY PINTO DE SOUZA
EDNA MARIA RODRIGUES PEREIRA
ELEN MARTINS SOUZA
FRANCISCO CARLOS MAIA CAMPOS
HUGO LAERCIO AZEVEDO DA SILVA
KALVIN DA SILVA PINHEIRO
LEANDRA DA SILVA PINHEIRO
LIGIA SARMENTO MODESTO
LORRAYNE ZITTA FARIAS CUNHA
ODILEIA SERRÃO DA SILVA GALENO
REINALDO CASTRO RAMOS
ROBERTA SANTOS VILHENA
SONIA COSTA LUCENA
WALTER JORGE MAIA CAMPOS
WILLY MAGNO SOUS ALVES

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 31 de dezembro de 2024.

JOHN WAYNE
Presidente

ÁLLAN POMBO
1º Secretário

EMERSON SAMPAIO
2º Secretário

ATA DA 51ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 2º PERÍODO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA.

No décimo primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às catorze horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém – CMB, sob a presidência do vereador Roni Gás. Inicialmente foi feita a chamada nominal dos parlamentares presentes. Em seguida, o presidente abriu a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Fernando Carneiro reportou ter recebido, no dia anterior, uma denúncia do Centro Integrado de Educação Especial – Ciees, que funciona na Travessa São Pedro, atrás do shopping Pátio Belém. Explicou que o Ciees atende pessoas adultas com variados graus de deficiência através de um convênio com a Secretaria de Estado de Educação – Seduc, que garante a merenda escolar, o pagamento do aluguel do prédio e os professores. Entretanto, continuou, há um ano o governo estadual não paga o aluguel, que é feito em nome da associação de pais que formam esse instituto. Há informação não oficial de que a Seduc não renovará o convênio sob a alegação de que a educação deve ser inclusiva, inteirou. Expressou concordar com essa premissa, explicitando ser desejável que pessoas com algum grau de deficiência sejam integradas ao sistema formal de ensino. Expôs, porém, tratar-se de uma clientela com idades variando entre quarenta e sessenta anos de idade que dificilmente poderiam ser integradas a uma turma de Ensino Médio ou do Ensino Fundamental. Solicitou ao governo estadual que mantenha o apoio ao Ciees através da Seduc ou de outra secretaria ou órgão do estado, pois o fechamento da escola trará um enorme prejuízo às pessoas que a frequentam. Comentou depois que a COP 30 dominará as discussões políticas no ano vindouro e um dos assuntos mais debatidos certamente será a exploração de petróleo na foz do Rio Amazonas. Recordou o argumento de que é necessário favorecer a implantação de grandes projetos na Amazônia para que a riqueza nela existente seja distribuída e beneficie a população. Classificou como mentirosa tal afirmação, expondo que os grandes projetos instalam-se e a miséria do nosso estado e a miséria da nossa cidade continuam. A esse respeito, divulgou estudo recente mostrando que Belém é a capital mais favelizada do Brasil, o que é lamentável. Acrescentou não ser um problema somente de Belém, pois as cidades do Pará e da Amazônia apresentam os piores Índices de Desenvolvimento Humano – IDHs do país. Citou dentre os grandes projetos que prejudicaram a natureza e trouxeram prejuízo às populações amazônicas a construção da Transamazônica (BR-230), a expansão do agronegócio e a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte. Do mesmo modo, vaticinou, a exploração petrolífera na foz do Rio Amazonas não beneficiará o povo paraense e causará grandes prejuízos ao meio ambiente, envenenando as pessoas, devido à tecnologia que se pretende utilizar, baseada na perfuração com jatos de água, sem a canalização do fluxo de petróleo, contaminando o lençol freático. Tal tecnologia está proibida em vários países do mundo e em vários estados do Brasil, apontou, pedindo à Assembleia Legislativa do Estado do Pará – Alepa que debata o tema. Sílvia Letícia solidarizou-se à família do servidor Reinaldo Fontoura de Melo, falecido recentemente, recordando ter sido muito bem recebida e acolhida por ele ao chegar a esta Casa, em abril de 2023. Frisou em seguida a importância da discussão e votação da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2025 (LOA 2025) que será realizada por este parlamento no dia seguinte. Destacou que o orçamento deve prever o realinhamento do salário-base do funcionalismo público municipal de Belém ao salário mínimo nacional, mas não está garantido no projeto da LOA 2025 que isso ocorrerá. Lembrou que desde 2015 os servidores da Prefeitura Municipal de Belém - PMB têm um salário-base inferior ao mínimo nacional. Infelizmente, lamentou, as emendas que apresentou para garantir esse realinhamento salarial e garantir a realização de concursos públicos e a criação de um Plano de Cargos, Carreira e Remuneração – PCCR para as diversas categorias funcionais foram rejeitadas, como também foram rejeitadas outras emendas que fez visando assegurar a viabilidade da Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém – Semob e da Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque Professor Eidorfé Moreira - Funbosque. Pediu ao funcionalismo municipal que se mantivesse mobilizado em prol do realinhamento, pois 60% dos servidores recebem salários inferiores ao salário mínimo, o que é uma vergonha. Sobrelevou a importância da realização de concursos públicos e criação dos PCCRs para garantir a estabilidade do funcionalismo e a prestação de bons serviços à população. Fabricio Gama solidarizou-se também à família do servidor Reinaldo Fontoura de Melo, expressando sentir muito a sua perda, sendo-lhe muito grato. Solicitou a realização, no momento conveniente, de um minuto de silêncio em sua homenagem. Declarou posteriormente ser favorável ao realinhamento salarial do funcionalismo municipal, apontando, porém, que estabelecer isso na LOA 2025 geraria grandes dificuldades ao futuro prefeito, pois este ainda não conhece a situação das finanças do município e as avaliações da equipe de transição de governo mostram não haver verbas remanescentes da atual gestão. Sugeriu ouvir, em uma reunião, a equipe de transição para obter informações sobre a saúde financeira do município e, a partir desses dados, fazer uma emenda à LOA 2025 escalonando o aumento do salário-base do funcionalismo. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do MDB, Fábio Souza lamentou também o falecimento do servidor Reinaldo Fontoura e solidarizou-se a seus familiares, pedindo a Deus que os consolasse. Confessou não gostar da forma de estabilidade atualmente garantida ao funcionalismo público, pois há bons servidores, mas há muitos que não têm compromisso e há maus profissionais em todas as áreas. Atestou que o realinhamento do salário-base do funcionalismo ao salário mínimo nacional é um direito que não será discutido pelo futuro prefeito, será cumprido. Entretanto, ponderou, não se deve imputar ao novo prefeito uma mudança cuja efetivação foi protelada pelo prefeito Edmilson Rodrigues por quatro anos. Pela liderança do PSOL, Fernando Carneiro lamentou a morte do servidor Reinaldo Fontoura, comentando que ele dedicou sua

vida profissional a esta Casa e era conhecido e querido por todos. Indicou que, a exemplo do governo estadual, o futuro prefeito de Belém revelou que também fará uma reforma administrativa. A este respeito, posicionou-se contrariamente à extinção da Fundação Paraense de Radiodifusão – Funtelpa, que será absorvida pela Secretaria de Estado de Comunicação – Secom, observando que a Secom faz a divulgação das ações do governo e a Funtelpa difunde a cultura paraense, o que é completamente diferente. Argumentou que a Funtelpa deve ter independência em relação ao governo para fazer a publicidade da cultura do nosso estado. A reforma administrativa deve ser feita para melhorar e otimizar o atendimento prestado pela PMB e pelo governo de estado ao cidadão e para isso o servidor público deve ser valorizado, arguiu. Disse esperar a aprovação na LOA 2025 do realinhamento do salário-base do funcionalismo municipal de Belém ao salário mínimo nacional. Chamou a atenção para a existência de uma emenda à LOA 2025 aumentando de 30% para 50% o percentual do orçamento municipal que pode ser gasto de forma discricionária pelo prefeito e opôs-se a essa modificação. Pelo Rede Sustentabilidade, Igor Andrade solidarizou-se também à família do servidor Reinaldo Fontoura, relatando que o conhecia muito antes de sequer sonhar em ser vereador de Belém, encontrando-o rotineiramente por ser filho de uma servidora desta Casa. Descreveu-o como um ser humano alegre e brincalhão, competente e sempre bem disposto para o trabalho, desejando que Deus o tenha em bom lugar. Pelo PSB, Gleisson Oliveira classificou Reinaldo Fontoura como um parceiro e um amigo, que sempre recebeu bem todos os vereadores. Solidarizou-se à sua família, exprimindo estar muito triste com o seu falecimento. Discorreu depois ser difícil fazer uma boa gestão pública, em grande parte devido à corrupção e falta de responsabilidade existente em vários setores da administração. Expôs, a este respeito, ter recebido denúncias de desvio de medicamentos de unidades municipais de saúde no atual governo de Edmilson Rodrigues. Em aparte, manifestou-se o vereador Fabrício Gama. Pela liderança do Republicanos, Juá Belém cedeu apertes aos vereadores Fabrício Gama e Fábio Souza. Encerrado o Horário de Liderança, foi feito um minuto de silêncio em homenagem póstuma ao servidor Reinaldo Fontoura de Melo. Após esta homenagem, fez-se a chamada nominal dos vereadores presentes para a verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia, assumindo a presidência da Mesa o vereador John Wayne. Foram então colocadas em votação e aprovadas por unanimidade as atas das sessões ordinárias 49ª e 50ª, sendo ambas do 2º Período da 4ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura. Fez-se posteriormente a leitura dos números dos processos relativos aos projetos em pauta nesta parte da sessão e o vereador Fabrício Gama pediu Questão de Ordem solicitando a dispensa da leitura e do interstício a tais projetos e que estes passassem da pauta da Primeira Parte para a pauta da Segunda Parte da Ordem do Dia. Solicitou também que se encerrasse a Primeira Parte, iniciando-se logo a Segunda Parte da Ordem do Dia e que os projetos que não demandassem quórum qualificado fossem votados em bloco e de forma simbólica. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada por maioria pela plenária, registrando-se o voto contrário dos vereadores da bancada do PSOL. Iniciada a Segunda Parte da Ordem do Dia, entraram em discussão única e votação, com dispensa de interstício, os seguintes projetos: projeto que “Institui no município de Belém o Dia Municipal do Designer, a ser realizado anualmente em 05 de novembro”, constante no Processo nº 1633/2024, de autoria do vereador Fernando Carneiro; projeto que “Cria a ‘Semana Municipal de Conscientização ao Combate à Pornografia Infantil na Internet’ no município de Belém”, constante no Processo nº 1244/2024, de autoria da vereadora Enfermeira Nazaré Lima; projeto que “Institui no município de Belém o ‘Dia Municipal dos Abridores de Letras dos Barcos da Amazônia’, a ser realizado anualmente em 23 de outubro”, constante no Processo nº 1675/2024, de autoria do vereador Fernando Carneiro; projeto que “Institui a ‘Semana Municipal de Combate à Doença de Chagas’ no município de Belém”, constante no Processo nº 302/2024, de autoria do vereador Fernando Carneiro; projeto que “Institui e inclui no calendário oficial de eventos do município de Belém o ‘Dia da Conscientização da Síndrome de Phelan-McDermid – PMS’”, constante no Processo nº 1269/2024, de autoria do vereador Amaury da APPD; projeto que “Institui e inclui o ‘Dia da Parada do Orgulho PCD’ em Belém no calendário oficial de eventos do município”, constante no Processo 1062/2024, de autoria do vereador Amaury da APPD; projeto que “Institui o ‘Dia Municipal de Combate à Falta de Acessibilidade nas Periferias para Pessoa com Deficiência’”, constante no Processo nº 1265/2024, de autoria do vereador Amaury da APPD; projeto que “Institui a ‘Semana Municipal de Conscientização e Defesa da Promoção da Educação Inclusiva à Pessoa com Deficiência’, a ser realizada anualmente na segunda semana do mês de abril”, constante no Processo nº 1186/2024, de autoria do vereador Amaury da APPD; projeto que “Cria a ‘Semana Municipal de Cuidados com o Coração e Prevenção às Doenças Cardíacas’ na cidade de Belém”, constante no Processo nº 1189/2024, de autoria do vereador Amaury da APPD; projeto que “Institui no âmbito do município de Belém o ‘Dia do Quadrinho Municipal’”, constante no Processo nº 1324/2024, de autoria da vereadora Sílvia Letícia; projeto que “Cria o ‘Dia Municipal do Biólogo’ no âmbito do município de Belém”, constante no Processo nº 852/2024, de autoria do vereador John Wayne; projeto que “Dispõe sobre o ‘Selo Empresa Amiga da Escola’, a ser concedido a pessoas jurídicas de direito privado que promovam por meio de ações diretas e voluntárias o desenvolvimento e melhoria da educação pública no âmbito do município de Belém”, constante no Processo nº 1625/2023, de autoria do vereador Amaury da APPD; projeto que “Altera a Resolução nº 28, de 17 de novembro de 2024, e dá outras providências”, constante no Processo nº 1590/2024, de autoria da Mesa Executiva da CMB; Projeto que “Institui a Comenda Maria Aguiar em homenagem a pessoas físicas ou jurídicas que se destacarem no segmento afiorreligioso no município de Belém”, constante no Processo nº 976/2024, de autoria do vereador Allan Pombo; projeto que “Dispõe sobre a criação e certificação do Selo IANDE para atestar e incentivar o consumo de produtos artesanais oriundos de economia criativa produzidos no município de Belém”, constante no Processo nº 140/2024, de autoria do vereador Allan Pombo; Projeto que “Dispõe sobre alterações à Resolução nº 15, de 16 de dezembro de 1992, e dá outras providências”, constante no Processo nº 1674/2024, de autoria do vereador Emerson Sampaio; projeto que “Concede o título honorífico de Cidadão de Belém ao senhor Flávio Ataíde Lopes Cavalcante (Flávio Goiano)”, constante no Processo nº 1356/2024, de autoria do

vereador Lulu das Comunidades; projeto que “Concede a Medalha do Mérito Cultural e Patrimônio de Belém aos senhores Zaynara Damasceno Cruz, Antônia Viviane Mendes Oliveira (Viviane Batidão), Coletivo Lambada Social Club; concede o Diploma de Mérito Zumbi dos Palmares à Comissão de Direito e Defesa da Liberdade Religiosa da OAB-PA, Fernando Joshua Santa Brígida Assunção, Ialorixá Mãe Suely de Iansã; concede o Diploma de Mulher Empreendedora a Ana Gibson, Beatriz Batista Mendes, Brunna Isabella Heimann Nascimento, Náhissa Cavaleiro de Macedo; concede o Diploma de Mérito Maria da Penha à ONG Comissão Solidária Vila da Barca (Projeto Barca Literária), Luanna Tomaz de Souza, Lídia de Nazaré Pantoja; concede o título de Repórter Padrão a Carlos Brito”, constante no Processo nº 1739/2024, de autoria da vereadora Gizelle Freitas; projeto que “Concede a Medalha do Mérito Cultural e Patrimônio de Belém à cantora e compositora Liah Soares”, constante no Processo nº 1798/2024, de autoria do vereador John Wayne; projeto que “Concede o Diploma Francisco Bolonha ao engenheiro ambiental Igor Barata Pinheiro de Souza”, constante no Processo nº 1648/2024, de autoria do vereador Amaury da APPD; projeto que “Concede o Diploma Francisco Bolonha ao engenheiro civil Gleydson Oliveira Barbosa Filho”, constante no Processo nº 1647/2024, de autoria do vereador Amaury da APPD; projeto que “Concede o Diploma Francisco Bolonha à arquiteta, urbanista e designer de interiores Rayssa Barata Pinheiro”, constante no Processo nº 1646/2024, de autoria do vereador Amaury da APPD; projeto que “Concede a Medalha do Mérito Cultural e Patrimônio de Belém aos senhores José Maria Andrade Filho e Catarina da Silva Oliveira (Mestre Catarina)”, constante no Processo nº 1992/2024, de autoria da vereadora Sílvia Letícia; projeto que “Concede o título honorífico de Cidadão de Belém a Rychelmy Imbiriba Veiga”, constante no Processo nº 1497/2024, de autoria da vereadora Gizelle Freitas; projeto que “Concede a Medalha do Mérito Cultural e Patrimônio de Belém aos senhores e senhoras Maurílio Eugênio dos Santos Moura; Virgílio Viga; Maria Ester Cota Tavares; Luís Girard; Tommil Paixão; Luis Ratis e Leonardo Dressant”, constante no Processo nº 1599/2024, de autoria da vereadora Sílvia Letícia; projeto que “Concede o título honorífico de Cidadã de Belém a Margareth Menezes da Purificação Costa”, constante no Processo nº 1353/2024, de autoria do vereador Fernando Carneiro; projeto que “Concede a Medalha do Mérito Científico Evandro Chagas a Ariadne Cristine Canto de Sá Moraes”, constante no Processo nº 1498/2024, de autoria do vereador Fernando Carneiro; projeto que “Concede o título honorífico de Honra ao Mérito à Organização Cultural Fotoativa”, constante no Processo 1352/2024, de autoria do vereador Fernando Carneiro; projeto que “Concede o título honorífico de Cidadão de Belém ao senhor Alessandro Antonio Stefanutto”, constante no Processo nº 1581/2024, de autoria do vereador Allan Pombo; projeto que “Concede o título honorífico de Cidadão de Belém ao senhor Frederico Schmitt Neto”, constante no Processo nº 1518/2024, de autoria do vereador Pablo Farah; projeto que “Concede a Medalha Isaac Soares ao senhor Max Sousa”, constante no Processo nº 1591/2024, de autoria do vereador Fernando Carneiro; projeto que “Concede a Medalha de Mérito Cultural e Patrimônio de Belém aos senhores e senhoras Joelson Pantoja, Jerry Adriani, Adilson Ramos, Nandinho Pressão, Banda Kalango Pop e Luh Magalhães”, constante no Processo nº 1666/2024, de autoria da vereadora Pastora Salette; projeto que “Concede o título honorífico de Honra ao Mérito aos senhores e senhoras Celso da Silva Mascarenhas, Elzemar Martins de Castro, Edilson Teixeira de Campos Junior, Eric da Silva Nascimento, Francisco José Souza dos Santos, Hinton Barros Cardoso Junior, Isabela Nazaré dos Santos Barreto, Jadir Ataíde dos Santos, José Alberto Silva de Sá, Lucila Helena Santiago de Almeida, Orley de Moraes Cruz, Francisco José Souza dos Santos”, constante no Processo nº 1721/2024, de autoria do vereador Bieco; projeto que “Dispõe sobre a ‘Campanha de Conscientização e Prevenção aos Riscos dos Cigarros Eletrônicos à Saúde das Crianças e Adolescentes’ nas escolas públicas do município de Belém”, constante no Processo nº 1123/2024, de autoria do vereador Amaury da APPD; projeto que “Estabelece a política de uso preferencial de agregados reciclados, oriundos de resíduos sólidos da construção civil, em obras e serviços públicos, acrescentando dispositivos à Lei Ordinária nº 8.899, de 29 de dezembro de 2011, e dá outras providências”, constante no Processo nº 742/2024, de autoria do vereador John Wayne; projeto que “Dispõe sobre o direito ao fornecimento de alimentos e água a animais domésticos em situação de rua, inclusive cães e gatos comunitários, dentro de condomínios residenciais horizontais e verticais situados no município de Belém”, constante no Processo nº 1138/2024, de autoria do vereador Allan Pombo; projeto que “Impõe a todos os restaurantes, lanchonetes, hotéis e assemelhados no município de Belém, a obrigação de oferecer uma opção de sobremesa sem adição de açúcar”, constante no Processo nº 317/2023, de autoria do vereador Josias Hígino; projeto que “Reconhece no município de Belém como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial a Faculdade de Odontologia da UFPA”, constante no Processo nº 988/2024, de autoria da vereadora Enfermeira Nazaré Lima; projeto que “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição da República e do artigo 21 da Lei Orgânica do Município de Belém – LOMB”, constante no Processo nº 1831/2024, de autoria da PMB; projeto que “Altera o anexo X, Quadro de Aplicação de Modelos Urbanísticos, da Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008. Dispõe sobre o Plano Diretor de Belém”, constante no Processo nº 1800/2024, de autoria do vereador John Wayne. Na discussão, manifestaram-se os vereadores Fernando Carneiro, Sílvia Letícia, Enfermeira Nazaré Lima, Fábio Souza (com aparte do vereador John Wayne). O vereador Allan Pombo pediu depois Questão de Ordem solicitando a prorrogação da sessão até a votação de todos os projetos em pauta. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Manifestaram-se posteriormente os vereadores Pablo Farah, Gizelle Freitas e Fabrício Gama. Em seguida, encaminhou a votação o vereador Fernando Carneiro. Postos depois em votação, os projetos foram aprovados por maioria, em bloco e de forma simbólica, registrando-se o voto contrário dos vereadores da bancada do PSOL aos projetos constantes nos processos de números 1800/2024 e 1831/2024 e a abstenção do vereador Fernando Carneiro quanto ao projeto constante no Processo nº 317/2023. O presidente declarou então aprovados os projetos constantes nos processos anteriormente citados. Justificaram seus votos os vereadores Fábio Souza e Sílvia Letícia. Posteriormente o vereador Allan Pombo pediu Questão de Ordem

solicitando que entrassem em discussão os projetos reconhecendo a Utilidade Pública e os projetos concedendo a comenda Braço D'Armas de Belém, uma vez que havia quórum qualificado para votá-los. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Justificou depois seu voto o vereador Fernando Carneiro. A seguir, entrarão em discussão única e votação, com dispensa de interstício, os projetos: projeto que “Concede a Medalha Condecorativa Braço D'Armas de Belém ao Sr. Cleiton Anderson Ferreira Dias”, constante no Processo nº 1799/2024, de autoria do vereador John Wayne; projeto que “Reconhece como Utilidade Pública para o município de Belém o Instituto Sou Mais Pará”, constante no Processo nº 1155/2024, de autoria do vereador Matheus Cavalcante; projeto que “Reconhece como Utilidade Pública para o município de Belém a Associação Assistencial Grão Pará”, constante no Processo nº 1154/2024, de autoria do vereador Matheus Cavalcante; projeto que “Reconhece como de Utilidade Pública para o município de Belém, a Grande Loja Maçônica do Estado do Pará – Glepa”, constante no Processo nº 1548/2024, de autoria do vereador Allan Pombo; projeto que “Altera o parágrafo único do art. 42 da Lei Orgânica do Município de Belém”, constante no Processo nº 1589/2024, de autoria da Mesa Executiva da CMB; projeto que “Reconhece como de Utilidade Pública para o município de Belém a Cooperação das Juventudes Amazônicas pelo Desenvolvimento Sustentável - Cojovem”, constante no Processo nº 1487/2024, de autoria da vereadora Enfermeira Nazaré Lima; projeto que “Reconhece como de Utilidade Pública para o município de Belém, o Instituto Amazônico de Planejamento, Gestão Urbana e Ambiental – Iagua”, constante no Processo nº 1526/2024, de autoria do vereador John Wayne; projeto que “Reconhece como de Utilidade Pública para o município de Belém a Associação de Futebol Amador do Estado do Pará – Afáepa”, constante no Processo nº 961/2024, de autoria do vereador Augusto Santos; projeto que “Reconhece como de Utilidade Pública para o município de Belém o Instituto de Empreendedorismo, Tecnologia e Inovação Social Acelera Amazônia - Instituto Acelera Amazônia”, constante no Processo nº 1552/2024, de autoria do vereador Augusto Santos; projeto que “Altera o § 1º do art. 47 da Lei Orgânica do Município de Belém”, constante no Processo nº 2222/2021, de autoria do vereador Fernando Carneiro; projeto que “Reconhece como de Utilidade Pública para o município de Belém o Terra Pará”, constante no Processo nº 1801/2024, de autoria do vereador Gleisson Oliveira; projeto que “Reconhece como de Utilidade Pública para o município de Belém a Federação de Handebol do Estado do Pará”, constante no Processo nº 1802/2024, de autoria do vereador Gleisson Oliveira; projeto que “Reconhece como de Utilidade Pública para o município de Belém a Federação Paraense de Fisiculturismo e Fitness – Fepafit”, constante no Processo nº 1803/2024, de autoria do vereador John Wayne; projeto que “Reconhece como de Utilidade Pública para o município de Belém a Associação de Moradores do Projeto Portal da Amazônia”, constante no Processo nº 1804/2024, de autoria do vereador Roni Gás. Na discussão, não houve oradores. Fez-se posteriormente a leitura das ementas dos projetos. Postos depois em votação nominal, os projetos foram aprovados em bloco, por unanimidade, com vinte e quatro votos favoráveis. O presidente declarou então aprovados os projetos de lei constantes nos processos 1799/2024, 1155/2024, 1154/2024, 1548/2024, 1589/2024, 1487/2024, 1526/2024, 961/2024, 1552/2024, 2222/2021, 1801/2024, 1802/2024, 1803/2024 e 1804/2024. A seguir, o presidente fez a leitura de ofício convocando os vereadores da CMB a reunir-se em sessões extraordinárias, em regime de tantas sessões quantas forem necessárias, a partir do dia 12/12/2024, a partir das 15 horas, no Auditório João Batista (Alepa), para discutir e votar projeto de lei de autoria do Executivo Municipal que “Estima a receita e fixa a despesa do município de Belém para o exercício de 2025”, constante no Processo nº 1525/2024. Posteriormente, o vereador Fernando Carneiro pediu Questão de Ordem solicitando que saísse de suspensão o projeto de lei constante no Processo nº 1456/2020, de sua autoria. Em seguida, o presidente John Wayne encerrou a sessão, às dezesseis horas e vinte e cinco minutos. Estava licenciado o vereador Paulo Queiroz. Justificaram suas ausências os vereadores José Dinelly, Emerson Sampaio, Josias Higino, Matheus Cavalcante, Mauro Freitas, Renan Normando e Túlio Neves. Estavam presentes os vereadores: Neném Albuquerque, Blenda Quaresma, Bieco, Fábio Souza, Fabrício Gama, Goleiro Vinícius, John Wayne, Pablo Farah e Roni Gás, pelo MDB; Enfermeira Nazaré Lima, Fernando Carneiro, Gizelle Freitas e Sílvia Letícia, pelo PSOL; Miguel Rodrigues e Pastora Salete, pelo PSD; Eduarda Bonanza, pelo PP. Eu, segundo-secretário, lavei a presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Auditório João Batista, Assembleia Legislativa do Estado do Pará, dia 11 de dezembro de 2024.

JOHN WAYNE
Presidente

TÚLIO NEVES
1º Secretário

LULU DAS COMUNIDADES
2º Secretário

ATA DA 52ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 2º PERÍODO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA.

No décimo segundo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às catorze horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém – CMB, sob a presidência do vereador Emerson Sampaio. Inicialmente foi feita a chamada nominal dos parlamentares presentes. Em seguida, o presidente abriu a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Sílvia Letícia referiu-se à chuva do dia anterior, que em uma hora e meia deixou a cidade alagada em inúmeros pontos, fato estapado neste dia nas manchetes dos principais jornais. Foram poucas as casas na periferia que não foram atingidas e muitas pessoas pobres perderam seus bens, assinalou. Trata-se de um fato recorrente e

revoltante devido à má atuação da Secretaria Municipal de Saneamento – Sesan, apesar de esta Casa ter aprovado vários empréstimos para que a Prefeitura Municipal de Belém – PMB investisse no saneamento da cidade. O inverno amazônico chegou e nada foi feito para proteger a população pobre dos efeitos deletérios das chuvas intensas, constatou. No dia anterior, escolas fecharam e postos de saúde não puderam funcionar devido ao caos instalado em Belém com o aguaceiro, adicionou. Citou pesquisa recente incluindo Belém, Ananindeua e Santarém entre as piores cidades do Brasil no quesito saneamento básico. Várias solicitações foram feitas anteriormente para resolver problemas de drenagem, mas não foram atendidas pela Sesan, e emendas parlamentares destinadas a promover a pavimentação e a drenagem de vias da cidade não foram cumpridas pela PMB, acrescentou. Solicitou depois à Mesa que dialogasse com a segurança da Assembleia Legislativa do Estado do Pará – Alepa para permitir às servidoras públicas, que participavam de um ato pacífico nas imediações do Palácio Cabanagem, o uso do banheiro, uma vez que a entrada dos servidores à sede da Alepa não fora permitida. Roni Gás estabeleceu que, se houver recursos, o futuro prefeito Igor Normando fará o realinhamento do salário-base do funcionalismo ao salário mínimo e este parlamento tem a obrigação e a sensibilidade para votar favoravelmente a essa medida. Nenhum membro desta Casa posicionou-se contrariamente ao realinhamento nos quatro anos da atual legislatura, apontou. Reportou haver um plano emergencial para os primeiros cem dias de mandato do futuro prefeito visando amenizar, reduzir ou evitar os danos causados pela temporada de chuvas em nossa cidade. Juá Belém ponderou que a Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2025 (LOA 2025) deve ser discutida e votada com base na razão e na responsabilidade. Ajuizou que os vereadores pouco conhecem da situação orçamentária da atual gestão municipal. Asseverou que os membros desta Casa respeitam os servidores municipais, mas é preciso agir com racionalidade e procurar criar um bom ambiente para todos. Observou ser esta a última sessão de que participa como vereador da CMB, pois não concorreu no pleito anterior. Afirmou que levará daqui não apenas a experiência, mas também a consideração e a amizade por seus pares, construída ao longo de quatro anos. Expôs não ter projetos ou requerimentos rejeitados nesta Casa porque conseguiu dialogar com os demais vereadores de maneira coerente e respeitosa. Expressou gratidão aos que anteriormente o elegeram e agradeceu também aos que o ajudaram a eleger um sucessor neste parlamento, o futuro vereador Marcos Xavier, presente acompanhando esta sessão. Agradeceu igualmente aos que acompanharam seu mandato, no qual atuou em defesa das crianças e do evangelho, pedindo ao futuro prefeito que tenha compromisso com a infância. Desejou sucesso aos vereadores reeleitos e aos novos vereadores, com muita paz e crescimento de nossa capital, que viverá um momento único em sua história com a realização da COP 30. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do MDB, Fabrício Gama defendeu André Cunha, anunciado por Igor Normando como futuro secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, explicando que ele foi investigado em um processo movido pelo Ministério Público Federal – MPF há algum tempo, mas, comprovada sua inocência, foi absolvido. Relevou que André Cunha foi secretário municipal de Turismo, por três anos e meio, da atual gestão municipal e nada aconteceu, mas bastou seu nome ser divulgado como membro do secretariado de Igor Normando para surgir matéria jornalística expondo o antigo processo em que foi envolvido. Declarou conhecê-lo há muito tempo, fora do âmbito da política, julgando-o uma pessoa honesta, séria e competente, um dos melhores secretários do atual governo municipal. Em parte, manifestou-se o vereador Fábio Souza. Pela liderança do PSOL, Fernando Carneiro registrou ser esta a última sessão de que participa na CMB, após três mandatos consecutivos como vereador de Belém, pois não foi reeleito. Externou que, ao longo dos anos, fez muitas amizades nesta Casa e agradeceu aos servidores deste Poder, que possibilitam o desempenho do trabalho parlamentar. Recordou que sua atuação política começou aos treze anos, na luta pela meia passagem, tendo sido preso e enquadrado na Lei de Segurança Nacional, indo a julgamento em um tribunal militar. Desde então, jamais parou de lutar, conseguindo aprovar nesta Casa mais de 220 projetos, transformados em leis. Destacou dentre elas algumas, julgando-as mais importantes: lei proibindo a violência obstétrica nos hospitais de Belém, lei obrigando a distribuição de água potável em grandes eventos, lei proibindo o assédio moral ao funcionalismo na PMB, Lei do Nome Social para travestis e transexuais, Lei de Combate ao Bullying, Lei do Selo da Empresa Amiga do segmento LGBT, Lei de Combate ao Feminicídio, Lei das Sessões Itinerantes da CMB, lei estabelecendo a Tribuna Livre, Lei da Semana da Participação Popular, Lei da Parada Segura, lei estabelecendo que todos os assentos nos ônibus de Belém são preferenciais, lei que criou o Dia Municipal do Jazz, Lei de Combate ao Capacitismo, lei estabelecendo o Dia Municipal dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias. Agradeceu a todos os seus companheiros de luta, a todos que o ajudaram nos mandatos, assegurando que a luta continuará, pois passará a atuar em outras frentes visando construir uma sociedade mais justa. Pela liderança do PSDB, Mauro Freitas agradeceu ao vereador John Wayne, presidente da CMB, aos servidores da Casa, ao prefeito eleito Igor Normando, ao governador Hélder Barbalho e à primeira-dama Daniela Barbalho, pessoas que para ele ligaram durante o difícil momento que vivenciou após sofrer um acidente vascular cerebral (AVC). Disse ter sentido na pele as dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência em uma cidade como Belém, em grande parte devido à falta de educação e consciência de uma parcela da população. Lembrou haver projetos nesta Casa que visam organizar a cidade para atender melhor às necessidades das pessoas com deficiência. Fez referência depois à grande quantidade de fiação obsoleta pendente dos postes em nossa capital, assinalando haver lei aprovada por este parlamento determinando a retirada desses fios pelas empresas responsáveis. Solidarizou-se à família do servidor Reinaldo Fontoura de Melo, recentemente falecido, homenageado com um minuto de silêncio na sessão anterior. Findo este pronunciamento, assumiu a presidência da Mesa o vereador John Wayne. Paulo Queiroz recordou ter participado deste parlamento ainda em 1997, aprendendo, ao longo dos anos, como conviver com as pessoas e atender os anseios da população. Com muita honra, memorou, presidiu comissões desta Casa, foi líder de seu partido, foi segundo vice-presidente e presidente deste Poder e foi

também secretário municipal de Habitação, licenciando-se da vereança. Nesse tempo, Deus permitiu-lhe servir à cidade de Belém, tendo recebido, através do ex-vereador Victor Cunha, o título de Cidadão de Belém. Expressou estar muito feliz por ter aprendido muita coisa com seus pares neste parlamento e entregava então esse legado à sua filha, Patrícia Queiroz, que assumirá a vereança nesta Casa na próxima legislatura. Neste retorno à CMB não foi tão útil, avaliou, devido aos problemas de saúde que enfrentou, pois sofreu um aumento do coração e realizou um transplante da válvula mitral. Houve problemas de adequação da válvula mitral e terá que passar por outro procedimento e, além disso, foi diagnosticado com câncer e enfrenta uma situação difícil e dolorosa neste final de ano, inteirou. Agradeceu a compreensão e o apoio de todos desejando sucesso aos que farão parte deste parlamento no ano vindouro. Expressou profundo pesar pela morte do servidor Reinaldo Fontoura de Melo, que sempre o atendeu muito bem nesta Casa. Pelo Cidadania, Emerson Sampaio solidarizou-se aos servidores municipais, que continuavam a lutar por seus direitos. Em nosso país, todas as conquistas do funcionalismo foram conseguidas através de muita luta, atentou. Externou estar grato por ter participado deste parlamento, experiência que o permitiu conhecer a política. Confessou ter anteriormente aversão à política por tudo que era noticiado, pois não se divulga o que os políticos fazem de bom, apenas o que é ruim. Desse modo, como a maioria do povo brasileiro, era influenciado por notícias divulgadas na mídia, tendo uma visão negativa dos políticos e da política. Entretanto, há 20 anos, participou da campanha eleitoral para prefeito de Belém, dirigindo um carro de som, e começou a participar de reuniões partidárias e percebeu que a política poderia ser usada para o bem, historiou. Trabalhou posteriormente na Alepa como motorista de um deputado estadual e em 2012 lançou-se candidato a vereador de Belém, sendo muito bem votado, lembrou. Candidatou-se novamente à vereança em 2016 e foi eleito, reelegendo-se em 2020. Agradeceu os 5655 votos recebidos na eleição passada, não se reelegendo por apenas 108 votos. Declarou sair desta Casa de cabeça erguida, com a certeza do dever cumprido, tendo lutado muito para melhorar a vida da população de nossa cidade. Agradeceu a todos os servidores da CMB pela recepção e pelo tratamento dispensado a todos os vereadores, frisando que sem a atuação deles os mandatos simplesmente não funcionariam. Solidarizou-se à família do servidor Reinaldo Fontoura de Melo, falecido recentemente. Agradeceu também a todos os seus colaboradores e assessores, avaliando que formaram uma grande família. Disse ter sempre considerado o mandato de vereador como uma ferramenta de transformação social. Durante os oito anos em que fez parte deste parlamento, conviveu muitas vezes mais com os colegas vereadores do que com a própria família, reputou, pois o mandato, para quem tem responsabilidade, consome e exige demais. Revelou que sentirá saudades de cada um dos vereadores, afirmando, porém, que a luta segue, a vida continua e continuará de pé defendendo o que acredita. Parabenizou os parlamentares que permanecerão nesta Casa e pediu aos futuros vereadores que usem o mandato para fazer o melhor pela população de Belém. Pelo PSB, Gleisson Oliveira agradeceu a Deus e a cada um dos vereadores com os quais conviveu durante vários mandatos neste parlamento, expressando ter certeza de que aqueles que ora saem poderão voltar a esta Casa dentro de pouco tempo. Em seguida, solidarizou-se também a André Cunha, dizendo conhecer sua história de vida e asseverando ser ele um homem honesto, de boa índole, que teve sucesso como empresário e iniciou uma trajetória política, tornando-se um grande secretário municipal de Belém. Discorreu que muitas vezes são colocadas notas nas redes sociais que atingem a família de pessoas públicas, sendo muito fácil destruir a imagem e a vida das pessoas atualmente. Em aparte, manifestou-se o vereador Pablo Farah. Encerrado o Horário de Liderança, foi feita a chamada nominal dos vereadores presentes para a verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Fez-se então a leitura da matéria constante em pauta nesta parte da sessão. O vereador Fabrício Gama pediu então Questão de Ordem solicitando que o veto constante no Processo nº 573/2024 passasse da pauta da Primeira Parte para a pauta da Segunda Parte da Ordem do Dia e entrasse logo em discussão, encerrando-se a Primeira Parte e iniciando-se a Segunda Parte da Ordem do Dia. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Em seguida, teve início a Segunda Parte da Ordem do Dia. Passou-se a seguir à discussão única e votação do veto integral ao projeto de lei que “Altera a Lei nº 9.868, de 24 de agosto de 2022, que ‘Dispõe sobre a proibição de impedir a entrada dos Animais de Assistência Emocional (ESAN) em Órgãos Públicos, espaços privados e ambientes de uso coletivo no município de Belém’, e dá outras providências”, constante no Processo nº 573/2024, de autoria da PMB. Na discussão, não houve oradores. Fez-se posteriormente a leitura das razões do veto. A seguir, fez o encaminhamento o vereador Fabrício Gama. Posto depois em votação, o veto foi rejeitado por maioria, com vinte e oito votos contrários e uma abstenção. O presidente declarou então rejeitado o veto constante no Processo nº 573/2024. O vereador Allan Pombo pediu posteriormente Questão de Ordem solicitando, através de um acordo de lideranças partidárias, a inclusão em pauta do projeto de lei constante no Processo nº 115/2024, de sua autoria. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Justificaram depois seus votos os vereadores José Dinelly, Fábio Souza, Sílvia Letícia, Miguel Rodrigues e Enfermeira Nazaré Lima. Em seguida entrou em discussão única e votação, com dispensa de interstício, o projeto de lei que “Dispõe sobre a inviolabilidade da liberdade religiosa como direito fundamental nas entidades religiosas do município de Belém”, constante no Processo nº 115/2024, de autoria do vereador Allan Pombo. Na discussão, não houve oradores. Posteriormente o vereador Allan Pombo pediu Questão de Ordem solicitando que os artigos do projeto fossem votados em bloco e de forma simbólica. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. A seguir fez-se a leitura do projeto. Postos depois em votação, os artigos do projeto foram aprovados por unanimidade, em bloco e de forma simbólica. O presidente declarou então aprovado o projeto de lei que “Dispõe sobre a inviolabilidade da liberdade religiosa como direito fundamental nas entidades religiosas do município de Belém”, constante no Processo nº 115/2024. Justificou seu voto a vereadora Gizelle Freitas. Posteriormente o vereador Fernando Carneiro pediu Questão de Ordem solicitando que fosse retirado de suspensão e entrasse em discussão o projeto de lei constante

no Processo nº 1456/2020, de sua autoria. Posta em votação esta solicitação foi rejeitada pelas lideranças partidárias. Em seguida, o presidente John Wayne encerrou a sessão, às dezesseis horas e vinte e sete minutos. Justificaram suas ausências os vereadores Bieco, Lulu das Comunidades e Moa Moraes. Estavam presentes os vereadores: Neném Albuquerque, Blenda Quaresma, José Dinelly, Fábio Souza, Fabrício Gama, Goleiro Vinícius, John Wayne, Pablo Farah, Paulo Queiroz, Renan Normando e Roni Gás, pelo MDB; Enfermeira Nazaré Lima, Fernando Carneiro, Gizelle Freitas e Sílvia Letícia, pelo PSOL; Josias Higino, Miguel Rodrigues, Pastora Salete e Túlio Neves, pelo PSD; Amaury da APPD e Altair Brandão, pelo PT; Juá Belém e Augusto Santos, pelo Republicanos; Mauro Freitas, pelo PSDB; Allan Pombo, pelo PDT; Emerson Sampaio, pelo Cidadania; Igor Andrade, pelo Rede Sustentabilidade; Gleisson Oliveira, pelo PSB; Eduarda Bonanza, pelo PP. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Auditório João Batista, Assembleia Legislativa do Estado do Pará, dia 12 de dezembro de 2024.

JOHN WAYNE
Presidente

TÚLIO NEVES
1º Secretário

LULU DAS COMUNIDADES
2º Secretário

ATA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO 2º PERÍODO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA.

No décimo segundo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às dezesseis horas e vinte e sete minutos, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém – CMB, sob a presidência do vereador John Wayne. Inicialmente foi feita a chamada nominal dos vereadores presentes para a verificação de quórum. Havendo quórum, o presidente abriu a sessão. Entrou depois em discussão única e votação, com dispensa de interstício, o projeto que “Estima a receita e fixa as despesas do município de Belém para o exercício de 2025 e dá outras providências”, constante no Processo nº 1525/2024, de autoria da Prefeitura Municipal de Belém – PMB. Na discussão manifestaram-se os vereadores Fernando Carneiro, Mauro Freitas, Fábio Souza, Sílvia Letícia e Gizelle Freitas. Posteriormente o vereador Fabrício Gama pediu Questão de Ordem solicitando a dispensa da leitura dos artigos sem emendas do projeto. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Em seguida, foram postos em votação os artigos sem emendas, sendo estes aprovados por unanimidade. Fez-se a seguir a leitura do parecer favorável da Comissão de Economia e Finanças às emendas de números 01 e 04 (de autoria do vereador John Wayne) e 07 (de autoria de vários vereadores). Encaminhou em seguida a votação o vereador Fernando Carneiro. Posto depois em votação, o parecer foi aprovado por maioria, registrando-se os votos contrários dos vereadores da bancada do PSOL. O vereador Fabrício Gama pediu então Questão de Ordem solicitando que se fizesse a leitura apenas dos nomes dos autores e dos números das emendas com parecer contrário. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada por maioria. Posteriormente fez-se a leitura do nome dos autores e do número das emendas com parecer contrário, sendo elas: emenda nº 02 (de autoria do vereador Fernando Carneiro); emendas 05, 38, 39 e 40 (de autoria da vereadora Sílvia Letícia); emendas 14, 15, 16, 17 e 18 (de autoria da vereadora Gizelle Freitas); emendas 19 e 37 (de autoria do vereador Neném Albuquerque); emendas 43 e 47 (de autoria do vereador Emerson Sampaio); emendas 48, 49 e 50 (de autoria da vereadora Enfermeira Nazaré Lima). Fez o encaminhamento a vereadora Sílvia Letícia. Posto depois em votação, o parecer contrário foi aprovado por maioria, registrando-se o voto contrário dos vereadores da bancada do PSOL. Justificou seu voto o vereador Fernando Carneiro. O vereador Fabrício Gama pediu a seguir Questão de Ordem solicitando a dispensa da leitura dos artigos 6º e 12 do projeto. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada por unanimidade. Foram posteriormente postos em votação e aprovados por unanimidade os artigos 6º e 12. O presidente John Wayne declarou então aprovado o projeto que “Estima a receita e fixa as despesas do município de Belém para o exercício de 2025 e dá outras providências”, constante no Processo nº 1525/2024. Em seguida, o presidente encerrou a sessão e o período legislativo do ano de 2024. Justificaram suas ausências os vereadores Bieco, Lulu das Comunidades e Moa Moraes. Estavam presentes os vereadores: Neném Albuquerque, Blenda Quaresma, José Dinelly, Fábio Souza, Fabrício Gama, Goleiro Vinícius, John Wayne, Pablo Farah, Paulo Queiroz, Renan Normando e Roni Gás, pelo MDB; Enfermeira Nazaré Lima, Fernando Carneiro, Gizelle Freitas e Sílvia Letícia, pelo PSOL; Josias Higino, Miguel Rodrigues, Pastora Salete e Túlio Neves, pelo PSD; Amaury da APPD e Altair Brandão, pelo PT; Juá Belém e Augusto Santos, pelo Republicanos; Mauro Freitas, pelo PSDB; Allan Pombo, pelo PDT; Emerson Sampaio, pelo Cidadania; Igor Andrade, pelo Rede Sustentabilidade; Gleisson Oliveira, pelo PSB; Eduarda Bonanza, pelo PP. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Auditório João Batista, Assembleia Legislativa do Estado do Pará, dia 12 de dezembro de 2024.

JOHN WAYNE
Presidente

TÚLIO NEVES
1º Secretário

LULU DAS COMUNIDADES
2º Secretário

ATA DA 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO 1º PERÍODO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA.

No vigésimo terceiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às catorze horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém – CMB, sob a presidência do vereador John Wayne. Inicialmente foi feita a chamada nominal dos vereadores presentes para a verificação de quórum. Havendo quórum, o presidente abriu a sessão. Iniciada a Primeira Parte da Ordem do Dia, o vereador Túlio Neves pediu Questão de Ordem solicitando a dispensa da leitura dos pareceres ao projeto constante no Processo nº 18/2025, em pauta na Primeira Parte, e que este passasse à pauta da Segunda Parte da Ordem do Dia. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada por maioria, registrando-se o voto contrário da vereadora Marinor Brito. Iniciou-se posteriormente a Segunda Parte da Ordem do Dia e entrou em discussão e votação em 1º turno o projeto que “Altera dispositivos dos artigos 75 e 94 da Lei Orgânica do Município de Belém”, constante no Processo nº 18/2025, de autoria da Prefeitura Municipal de Belém – PMB. Na discussão, manifestaram-se os vereadores Marinor Brito, Fábio Souza, Pablo Farah, Zezinho Lima (com aparte da vereadora Marinor Brito), Vivi Reis, Alfredo Costa e Rodrigo Moraes. Fez-se posteriormente a leitura do projeto e das emendas do vereador Fábio Souza e da vereadora Marinor Brito. Em seguida, entrou em votação a emenda do vereador Fábio Souza. Fizeram encaminhamentos a vereadora Marinor Brito e o vereador Fábio Souza. Posta depois em votação nominal, a emenda foi aprovada por maioria, com vinte e oito votos favoráveis e sete votos contrários, sem abstenções. O presidente declarou então aprovada a emenda do vereador Fábio Souza. Justificaram seus votos os vereadores Marinor Brito, Pablo Farah, Zeca do Barreiro, Lulu das Comunidades, Nay Barbalho e Vivi Reis. Passou-se depois à votação da emenda da vereadora Marinor Brito. Fizeram encaminhamentos as vereadoras Marinor Brito e Vivi Reis e o vereador Roni Gás. Posta depois em votação, a emenda foi rejeitada por maioria, com vinte e nove votos contrários, três votos favoráveis e três abstenções. O presidente declarou então rejeitada a emenda da vereadora Marinor Brito. Justificaram seus votos os vereadores Marinor Brito, Jorge Vaz, Vivi Reis e Bieco. Posteriormente, entraram em votação nominal os artigos do projeto, sendo estes aprovados por maioria, em bloco, com vinte e oito votos favoráveis e seis votos contrários, sem abstenções. O presidente declarou então aprovado em 1º turno o projeto que “Altera dispositivos dos artigos 75 e 94 da Lei Orgânica do Município de Belém”, constante no Processo nº 18/2025. Justificaram seus votos a vereadora Marinor Brito e o vereador Mayky Vilaça. Em seguida, o presidente John Wayne encerrou a sessão, às dezesseis horas e dez minutos. Estavam presentes os vereadores: Bieco, Roni Gás, Blenda Quaresma, Fábio Souza, John Wayne, Neném Albuquerque, Pablo Farah, Silvana Ferraz e Renan Normando, pelo MDB; André Marthá, Pastora Salete, Josias Higinio e Túlio Neves, pelo PSD; Agatha Barra, Mayky Vilaça e Zezinho Lima, pelo PL; Vítor Sales, Zeca do Barreiro e Felipe Vinagre, pelo União Brasil; Marinor Brito e Vivi Reis, pelo PSOL; Alfredo Costa e Neia Marques, pelo PT; Augusto Santos e Marcos Xavier, pelo Republicanos; Raquel dos Animais e João Coelho, pelo PDT; Nay Barbalho e Patrícia Queiroz, pelo PP; Lulu das Comunidades, pelo PSDB; Rodrigo Moraes, pelo PC do B; Igor Andrade, pelo Rede Sustentabilidade; Michell Durans, pelo PSB; Moa Moraes, pelo PV; Jorge Vaz, pelo PRD. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. **Auditório João Batista, dia vinte e três de janeiro de 2025.**

JOHN WAYNE
Presidente

TÚLIO NEVES
1º Secretário

LULU DAS COMUNIDADES
2º Secretário

ATAS DA 2ª, 3ª e 4ª SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS DO 1º PERÍODO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA.

No vigésimo oitavo dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às catorze horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém – CMB, sob a presidência do vereador John Wayne. Inicialmente foi feita a chamada nominal dos vereadores presentes para a verificação de quórum. Havendo quórum, o presidente abriu a 2ª Sessão Extraordinária. Iniciada a Primeira Parte da Ordem do Dia, o vereador Túlio Neves pediu Questão de Ordem solicitando a dispensa da leitura dos pareceres e dos interstícios aos projetos constantes no Processo nº 19/2025 e no Processo nº 20/2025, em pauta na Primeira Parte, e que estes passassem à pauta da Segunda Parte da Ordem do Dia. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada por maioria. Iniciou-se posteriormente a Segunda Parte da Ordem do Dia e entrou em discussão e votação única o projeto que “Dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo Municipal”, constante no Processo nº 19/2025, de autoria da Prefeitura Municipal de Belém – PMB. Na discussão, manifestaram-se as vereadoras Marinor Brito e Vivi Reis. A seguir, o presidente suspendeu a sessão por dez minutos para que a Mesa recebesse as emendas dos vereadores ao projeto em tela. Reiniciada a sessão, foi feita a leitura do requerimento da vereadora Vivi Reis solicitando o adiamento da discussão do projeto constante no Processo nº 19/2025 e a revogação do regime de urgência para sua discussão e votação com base no artigo 120 do Regimento Interno da CMB. Fez o encaminhamento a vereadora Marinor Brito. Posto depois em votação, o requerimento foi rejeitado por maioria, em votação simbólica. Justificaram seus votos as vereadoras Marinor Brito e Vivi Reis. Em seguida, fez-se a leitura do artigo 1º do projeto e da emenda supressiva a este, de autoria das vereadoras Marinor Brito e Vivi Reis. Posteriormente, fizeram encaminhamentos as vereadoras Marinor Brito, Nay Barbalho e Vivi Reis. Posta em votação, a emenda foi rejeitada por maioria, em votação simbólica. A seguir, foi colocada em votação a Questão de Ordem da vereadora Vivi

Reis solicitando que as votações dos artigos e emendas ao projeto fossem feitas doravante de forma nominal, sendo esta rejeitada por maioria pela plenária. Justificou seu voto a vereadora Marinor Brito. Posteriormente entrou em votação o artigo 1º, sendo este aprovado por maioria, de forma simbólica. O vereador Túlio Neves pediu depois Questão de Ordem solicitando que posteriormente fosse feita apenas a leitura dos caput dos artigos. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada por maioria pela plenária. Fez-se a seguir a leitura do caput do artigo 2º e da emenda supressiva a este, de autoria das vereadoras Marinor Brito e Vivi Reis. Fizeram encaminhamentos as vereadoras Vivi Reis e Marinor Brito. Posta depois em votação, a emenda foi rejeitada por maioria. Foi feita posteriormente a votação do artigo 2º, sendo este aprovado por maioria. Procedeu-se posteriormente à leitura da emenda aditiva ao artigo 2º, de autoria da vereadora Agatha Barra. Fizeram encaminhamentos as vereadoras Agatha Barra e Marinor Brito e os vereadores Alfredo Costa e Fábio Souza. Posta em seguida em votação, a emenda foi rejeitada por maioria. Justificaram seus votos as vereadoras Marinor Brito, Vivi Reis, Nay Barbalho e Agatha Barra e o vereador Zezinho Lima. Fez-se depois a leitura do caput do artigo 3º e da emenda supressiva a este, de autoria das vereadoras Marinor Brito e Vivi Reis. Fez o encaminhamento a vereadora Marinor Brito. Posta em votação a emenda foi rejeitada por maioria. Foi feita a seguir a votação do artigo 3º, sendo este aprovado por maioria. Procedeu-se posteriormente à leitura do caput do artigo 4º e da emenda supressiva a este, de autoria das vereadoras Marinor Brito e Vivi Reis. Fizeram encaminhamentos as vereadoras Vivi Reis e Marinor Brito e o vereador Fábio Souza. Posta em votação, a emenda foi rejeitada por maioria. Passou-se depois à votação do artigo 4º, sendo este aprovado por maioria. Em seguida, o presidente suspendeu os trabalhos legislativos por dez minutos. Findo este prazo, foi feita a chamada nominal dos vereadores presentes para verificação de quórum. Havendo quórum, o presidente John Wayne declarou aberta a 3ª Sessão Extraordinária. Posteriormente, fez-se a leitura do caput do artigo 5º e da emenda supressiva a este, de autoria das vereadoras Marinor Brito e Vivi Reis. Fizeram encaminhamentos as vereadoras Vivi Reis e Marinor Brito. Posta em votação, a emenda foi rejeitada por maioria. Justificou seu voto a vereadora Marinor Brito. Procedeu-se posteriormente à votação do artigo 5º, sendo este aprovado por maioria. Passou-se em seguida à leitura do caput do artigo 6º e da emenda supressiva a este, de autoria das vereadoras Marinor Brito e Vivi Reis. Fez o encaminhamento a vereadora Marinor Brito. Posta em votação, a emenda foi rejeitada por maioria. Fez-se depois a leitura da emenda supressiva ao artigo 6º de autoria da vereadora Vivi Reis. Fez o encaminhamento a vereadora Vivi Reis. Posta a seguir em votação, a emenda foi rejeitada por maioria. Posteriormente, fez-se a votação do artigo 6º, sendo este aprovado por maioria. Em seguida, foi feita a leitura do caput do artigo 7º e da emenda supressiva a este, de autoria das vereadoras Vivi Reis e Marinor Brito. Posta em votação, a emenda foi rejeitada por maioria. Justificou seu voto a vereadora Marinor Brito. Fez-se posteriormente a votação do artigo 7º, sendo este aprovado por maioria. Procedeu-se depois à leitura do caput do artigo 8º e da emenda supressiva e este de autoria das vereadoras Marinor Brito e Vivi Reis. Posta em votação, a emenda foi rejeitada por maioria. A seguir, foi feita a votação do artigo 8º, sendo este aprovado por maioria. Passou-se depois à leitura do caput do artigo 9º e da emenda supressiva a este, de autoria das vereadoras Marinor Brito e Vivi Reis. Posta em votação, a emenda foi rejeitada por maioria. Fez-se posteriormente a votação do artigo 9º, sendo este aprovado por maioria. Procedeu-se depois à leitura do caput do artigo 10. Posto a seguir em votação, este foi aprovado por maioria. Procedeu-se em seguida à leitura do caput do artigo 11 e da emenda supressiva a este, de autoria das vereadoras Marinor Brito e Vivi Reis. Fez o encaminhamento a vereadora Vivi Reis. Posta em votação, a emenda foi rejeitada por maioria. Foi feita depois a leitura da emenda modificativa ao artigo 11, de autoria das vereadoras Marinor Brito e Vivi Reis. Fez o encaminhamento a vereadora Marinor Brito. Findo este pronunciamento, assumiu a presidência da Mesa o vereador João Coelho. Posta depois em votação, a emenda foi rejeitada por maioria. A seguir, fez-se a leitura da emenda modificativa ao artigo 11, de autoria das vereadoras Marinor Brito e Vivi Reis. Fez o encaminhamento a vereadora Vivi Reis. Posta em votação, a emenda foi rejeitada por maioria. Passou-se depois à leitura da emenda aditiva ao artigo 11, de autoria das vereadoras Marinor Brito e Vivi Reis. Posta em votação, a emenda foi rejeitada por maioria. Justificou seu voto a vereadora Marinor Brito. Posteriormente, foi posto em votação o artigo 11, sendo este aprovado por maioria. Procedeu-se em seguida à leitura do caput do artigo 12 e da emenda supressiva a este, de autoria do vereador Alfredo Costa. Fizeram encaminhamentos os vereadores Alfredo Costa, Vivi Reis, Rodrigo Moraes e Marinor Brito. Posta em votação, a emenda foi rejeitada por maioria. Justificou seu voto a vereadora Marinor Brito. Posteriormente, foi posto em votação o artigo 12, de autoria das vereadoras Marinor Brito e Vivi Reis. Fez o encaminhamento a vereadora Marinor Brito. Posta a seguir em votação, a emenda foi rejeitada por maioria. Passou-se em seguida à leitura da segunda emenda aditiva ao artigo 12, de autoria das vereadoras Marinor Brito e Vivi Reis. Posta em votação, a emenda foi rejeitada por maioria. Justificou seu voto a vereadora Marinor Brito. Posteriormente, foi posto em votação o artigo 12, de autoria das vereadoras Marinor Brito e Vivi Reis. Posta em votação, a emenda foi rejeitada por maioria. Fez-se depois a seguir a leitura da terceira emenda modificativa ao artigo 12, de autoria das vereadoras Marinor Brito e Vivi Reis. Fez o encaminhamento a vereadora Marinor Brito. Posta em votação, a emenda foi rejeitada por maioria. Procedeu-se depois à leitura da terceira emenda supressiva ao artigo 12, de autoria das vereadoras Marinor Brito e Vivi Reis. Posta em votação, a emenda foi rejeitada por maioria. Em seguida, o presidente suspendeu os trabalhos legislativos por cinco minutos. Findo este prazo, foi feita a chamada nominal dos vereadores para verificação de quórum. Havendo quórum, o presidente João Coelho declarou aberta a 4ª Sessão Extraordinária. Foi então posto em votação o artigo 12, sendo este aprovado por maioria. Justificou seu voto a vereadora Marinor Brito. A seguir, o vereador Túlio Neves pediu Questão de Ordem solicitando que os artigos 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 33, 37, 38 e 40 – cujas emendas foram retiradas pela vereadora Marinor Brito – e os demais artigos sem emendas fossem votados em bloco, de forma simbólica, sendo

dispensada a leitura dos mesmos. Solicitou que fossem votadas em bloco também as emendas relativas aos artigos 14, 15, 25, 26, 27, 28, 34, 35, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 62, 65, 67, 68, 69, 70 e 71. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Em seguida, entraram em votação os artigos 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 33, 37, 38 e 40. Fez o encaminhamento a vereadora Marinor Brito. Postos depois em votação, os artigos foram aprovados por maioria, em bloco e de forma simbólica. Posteriormente foram colocadas em votação as emendas relativas aos artigos 14, 15, 25, 26, 27, 28, 34, 35, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 62, 65, 67, 68, 69, 70 e 71, sendo estas rejeitadas por maioria. Entraram a seguir em votação os artigos 14, 15, 25, 26, 27, 28, 34, 35, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 62, 65, 67, 68, 69, 70 e 71. Fez o encaminhamento o vereador Mayky Vilaça. Postos em votação, os artigos foram aprovados por maioria, em bloco e de forma simbólica. Procedeu-se posteriormente à leitura do caput do artigo 16 e da emenda supressiva a este, de autoria das vereadoras Marinor Brito e Vivi Reis. Fez o encaminhamento a vereadora Marinor Brito. Posta em votação, a emenda foi rejeitada por maioria. Fez-se depois a leitura modificativa ao artigo 16, de autoria do vereador Fábio Souza. Posta em votação, a emenda foi aprovada por maioria. Foi feita posteriormente a votação do artigo 16, sendo este aprovado por maioria. Procedeu-se depois à leitura das emendas relativas aos artigos 22, 31 e 32, de autoria do vereador Fábio Souza. Postas em votação, estas foram aprovadas. A seguir, foram colocados em votação os artigos 22, 31 e 32, sendo estes aprovados. Passou-se posteriormente à leitura da emenda supressiva ao artigo 59, de autoria das vereadoras Marinor Brito e Vivi Reis. Fizeram encaminhamentos as vereadoras Vivi Reis e Marinor Brito. Posta em votação, a emenda foi rejeitada por maioria. Em seguida, fez-se a votação do artigo 59, sendo este aprovado por maioria. Fez-se depois a leitura do artigo 63 e da emenda supressiva a este de autoria das vereadoras Marinor Brito e Vivi Reis. Fez o encaminhamento a vereadora Vivi Reis. Posta em votação, a emenda foi rejeitada por maioria. Justificou seu voto a vereadora Marinor Brito. A seguir, foi posto em votação o artigo 63, sendo este aprovado por maioria. Foi feita depois a leitura do artigo 64 e da emenda supressiva a este, de autoria das vereadoras Marinor Brito e Vivi Reis. Fez o encaminhamento a vereadora Marinor Brito. Posta em votação, a emenda foi rejeitada por maioria. Em seguida, fez-se a votação do artigo 64, sendo este aprovado por maioria. Passou-se depois à leitura do artigo 66 e da emenda supressiva a este, de autoria das vereadoras Marinor Brito e Vivi Reis. Posta em votação, a emenda foi rejeitada por maioria. Fez-se a seguir a votação do artigo 66, sendo este aprovado por maioria. O presidente declarou então aprovado o projeto que “Dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo Municipal”, constante no Processo nº 19/2025. Em seguida, entrou em discussão única e votação, com dispensa de interstício, o projeto que “Dispõe sobre a organização de cargos de provimento em comissão, no âmbito da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Municipal”, constante no Processo nº 20/2025, de autoria da PMB. O vereador Fábio Souza pediu Questão de Ordem solicitando a realização de um minuto de silêncio em homenagem aos 80 anos da libertação - promovida pelo Exército Vermelho da antiga União Soviética, em 27 de janeiro de 1945 - dos prisioneiros do campo de concentração nazista de Auschwitz, onde foram assassinadas um milhão e cem mil pessoas. Em seguida, o presidente João Coelho suspendeu a sessão por cinco minutos. Findo este prazo, reassumiu a presidência da Mesa o vereador John Wayne. Na discussão, manifestaram-se as vereadoras Marinor Brito e Vivi Reis. Posteriormente, o vereador Fábio Souza pediu Questão de Ordem solicitando que os artigos do projeto que não tivessem emendas fossem votados em bloco e de forma simbólica. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. A seguir, o vereador Fábio Souza pediu novamente Questão de Ordem solicitando a dispensa da leitura do projeto. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Postos em votação, os artigos do projeto foram aprovados por maioria, em bloco e de forma simbólica, registrando-se cinco abstenções - dos três vereadores da bancada do PL e das duas vereadoras da bancada do PSOL. O presidente declarou então aprovado o projeto de lei que “Dispõe sobre a organização de cargos de provimento em comissão, no âmbito da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Municipal”, constante no Processo nº 20/2025. Justificaram seus votos os vereadores Josias Higino e Vivi Reis. Em seguida, o presidente John Wayne encerrou a sessão, às vinte e uma horas e dezessete minutos. Justificou seu voto o vereador Augusto Santos. Estavam presentes os vereadores: Bieco, Roni Gás, Blenda Quaresma, Fábio Souza, John Wayne, Neném Albuquerque, Pablo Farah, Silvane Ferraz e Renan Normando, pelo MDB; André Martha, Pastora Salette, Josias Higino e Túlio Neves, pelo PSD; Agatha Barra, Mayky Vilaça e Zezinho Lima, pelo PL; Vítor Sales, Zeca do Barreiro e Felipe Vinagre, pelo União Brasil; Marinor Brito e Vivi Reis, pelo PSOL; Alfredo Costa e Neia Marques, pelo PT; Marcos Xavier, pelo Republicanos; Raquel dos Animais e João Coelho, pelo PDT; Nay Barbalho e Patrícia Queiroz, pelo PP; Lulu das Comunidades, pelo PSDB; Rodrigo Moraes, pelo PC do B; Igor Andrade, pelo Rede Sustentabilidade; Michell Durans, pelo PSB; Moa Moraes, pelo PV; Jorge Vaz, pelo PRD. Eu, segundo-secretário, lavei a presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. **Auditório João Batista, dia vinte e oito de janeiro de 2025.**

JOHN WAYNE
Presidente

TÚLIO NEVES
1º Secretário

LULU DAS COMUNIDADES
2º Secretário

ATA DA 5ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO 1º PERÍODO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA.

No terceiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às catorze horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém – CMB, sob a presidência da vereadora Patrícia Queiroz. Inicialmente foi feita a chamada nominal dos vereadores presentes para a verificação de quórum. Havendo quórum, a presidente abriu a sessão. Iniciado o Pequeno Expediente, pronunciou-se o vereador Igor

Andrade e fez referência ao jogo entre Flamengo e Botafogo, decisão da Supercopa do Brasil, realizado em Belém no dia anterior, no Estádio Estadual Jornalista Edgar Proença, o Mangueirão. Comentou que, apesar do elevado preço dos ingressos, o Mangueirão estava lotado e que o evento ficará na memória dos torcedores paraenses de ambas as equipes. Classificou o jogo como um belo espetáculo de futebol, bem jogado, apesar da suspensão de uma hora provocada pela chuva intensa, com a drenagem do Mangueirão funcionando muito bem. Avaliou que o Pará voltou à vitrine nacional dos grandes espetáculos esportivos, reportando haver tratativas para que o Flamengo volte a realizar jogos em Belém. Disse que eventos como esse funcionam como testes, uma vez que Belém sediará a COP 30 e deve estar preparada para receber grande quantidade de pessoas. Julgou ser ainda necessário educar parte da população para agir de maneira correta em relação ao descarte irregular de resíduos e ao comportamento no trânsito. Frisou ser necessário, além de educar, fiscalizar intensamente para coibir as infrações e práticas inadequadas. A COP 30 passará, mas deve deixar um legado, não apenas de obras, mas também na mudança de postura do povo de nossa cidade, especialmente em relação às práticas adotadas no trânsito urbano, pontuou. Findo este pronunciamento, assumiu a presidência da Mesa o vereador John Wayne. Subiu à tribuna posteriormente o vereador Michell Durans e destacou a importância e a honra de fazer parte do Legislativo Municipal de Belém, sendo uma pessoa com uma história de vida construída com muito trabalho e muito zelo. Concordeu com o que fora expresso anteriormente pelo vereador Igor Andrade, considerando que o jogo entre Flamengo e Botafogo foi uma grande festa e serviu como teste para Belém na recepção de grandes eventos. Ressaltou que a drenagem e a estrutura do Mangueirão foram elogiadas durante a transmissão da partida em nível nacional e parabenizou todos que participaram e contribuíram para a realização do espetáculo. Relevou, por outro lado, as dificuldades criadas para a distribuição de gratuidades às crianças no acesso ao estádio, obstando o exercício de um direito estabelecido por uma lei municipal no ano de 2006. Comunicou ter solicitado ao Clube do Remo, ao Paysandu e à Tuna Luso Brasileira que discutam para encontrar a melhor forma de facilitar o acesso aos ingressos para as crianças. Posteriormente, assumiu a palavra o vereador Alfredo Costa e fez menção aos altos preços dos produtos vendidos no Mangueirão durante os jogos, inclusive da água. Observou não estar sendo cumprida a lei municipal, de autoria do ex-vereador Fernando Carneiro, determinando a disponibilidade gratuita de água em eventos com grande número de pessoas. Informou que os vendedores ambulantes pagam uma taxa de cem reais para poder vender seus produtos no Mangueirão durante os eventos, valor aumentado em 50% no jogo do dia anterior entre Flamengo e Botafogo. Relatou posteriormente ter participado, neste dia, da assembleia dos professores estaduais, categoria da qual faz parte, e que a greve desses profissionais foi mantida e as negociações continuam. Ressaltou haver em Belém mobilizações de outras categorias, como os agentes comunitários de saúde (ACS) e agentes de combate às endemias (ACE), pedindo ao prefeito Igor Normando e ao governador Hélder Barbalho que negociem com esses trabalhadores, pois eles lutam por dias melhores para todos. Opinou que a reforma administrativa, aprovada na sessão extraordinária anterior, apresenta muitos pontos positivos, destacando, porém, como ponto negativo a extinção da Fundação Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira – Fungosque. Subiu em seguida à tribuna o vereador Zeca do Barreiro e reputou que Belém tem condição de realizar eventos maravilhosos e grandiosos, mas nas redes sociais há pessoas que torcem contra nossa cidade e o nosso estado, seguindo a lógica do quanto pior melhor. Elogiou a drenagem do gramado do Mangueirão, pedindo que também haja incentivo para a melhora dos gramados do Baenão, da Curuzu e do Souza. Mencionou depois que uma empresa está construindo três balsas frigoríficas para comprar diretamente o açaí da Ilha do Marajó, processar esse açaí ainda em viagem e carregar caminhões com o produto beneficiado ao chegar a Belém, destinando-o a outros centros populacionais. Com isso, continuou, faltará açaí para a população de nossa capital e de outras cidades. Referiu depois que as obras no Complexo do Ver-o-Peso não são concluídas, inclusive na Feira do Açaí, local que frequenta durante a madrugada para obter o fruto, com o qual trabalha. Pediu ao prefeito Igor Normando que tenha uma atenção especial às feiras onde é comercializado o açaí, não apenas no Ver-o-Peso, mas também no Jurunas e em Icoaraci. Assumiu a palavra posteriormente o vereador Roni Gás e apontou ter sido um belo evento o jogo entre Flamengo e Botafogo, parabenizando todos que participaram de sua realização. Ponderou que Belém tem toda a capacidade de realizar a COP 30 e aqueles que dizem o contrário o fazem por despeito, inveja ou são eternos críticos, pois todos os anos nossa cidade realiza um evento grandioso, religioso, o Círio de Nazaré, que reúne mais de três milhões de pessoas. Comparado a isso, prosseguiu, não é tão difícil receber e acomodar cinquenta mil pessoas durante a realização da COP 30. Expressou ter certeza de que a conferência provocará uma grande expansão de nossa cidade, tanto no turismo quanto em relação às questões ambientais, tornando Belém conhecida em todo o mundo. Citou ter enviado ofícios ao Gabinete do Prefeito e à Secretaria Municipal de Urbanismo – Seurb solicitando a realização de melhorias na Rua São Paulo, onde se situa a Unidade de Saúde da Cabanagem, pois há trinta anos lá ocorrem alagamentos dificultando o atendimento médico à população. Manifestou-se a seguir o vereador Josias Higino e salientou que muitas pessoas criticam a integração da Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém – Semob à nova Secretaria de Segurança, Ordem Pública e Mobilidade – Segbel, alegando que desse modo a Semob tornar-se-á uma máquina de multas. A Segbel trará organização ao trânsito de Belém, atestado, externando já observar mudanças no comportamento dos condutores de veículos em nossa cidade desde o anúncio de sua criação. Expressou ficar tranquilo com uma maior fiscalização do tráfego de veículos porque cumpre a lei, tem a documentação em dia e não usa bebida alcoólica. Somente as pessoas que não cumprem as determinações legais e são adeptas do caos são contrárias ao endurecimento da fiscalização, pontificou. Em seguida, a vereadora Marinor Brito pediu Questão de Ordem solicitando que a Mesa indicasse no Regimento Interno o tempo de duração das falas antes do início da votação. O presidente esclareceu que a Constituição Estadual do Pará prevê um tempo de cinco minutos para cada orador durante a realização do Pequeno

Expediente em sessões extraordinárias da Assembleia Legislativa do Estado do Pará – Alepa, não havendo determinação correspondente no Regimento Interno da CMB. Assumiu depois a palavra o vereador Fábio Souza e tratou da greve dos professores estaduais, considerando que ela está sendo bem conduzida pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação Pública do Estado do Pará – Sintep. Discorreu que uma negociação deve ser boa para os dois lados, avaliando que o governador deu um passo importante e recuou para tentar entender os pontos críticos envolvidos, mostrando a maturidade que deve ter um líder. Hélder Barbalho preocupa-se com os professores, assegurou, afirmando que a categoria que está sendo bem remunerada, recebendo um dos melhores vencimentos do Brasil, apesar de ainda não ser o ideal. Reconheceu haver problemas estruturais que precisam ser resolvidos, como a violência sofrida pelos docentes todos os dias, praticada pelos alunos, pelos pais dos alunos ou até por traficantes. O governador está aberto à discussão, mas há um grupo mais radical entre os professores que não quer discutir, alertou. Relatou ter visto vários manifestos, inclusive do Sintep, que nunca apontaram claramente quais são os pontos ruins da Lei 10.820. Ao invés de indicar o que deve ser mudado, alguns apenas qualificam Hélder Barbalho como um ditador, o que não ajuda o avanço da discussão, cogitou. Em relação aos ACS e ACE há a reivindicação do pagamento do 14º salário, uma complementação salarial aprovada pela CMB para essas categorias na legislatura anterior, recordou. Entretanto, retomou, o prefeito Edmilson Rodrigues não fez a previsão orçamentária para efetivar esse pagamento. Admitiu haver muitos problemas não resolvidos pela atual gestão municipal, muitos ainda nem conhecidos porque a transição de governo não repassou os dados corretos. Asseverou que a PMB não pretende retirar direitos de ninguém, pedindo um pouco de paciência para que a nova gestão se inteire plenamente da situação financeira do município. Acrescentou que os dois governos, estadual e municipal, estão trabalhando juntos para que tudo possa ser conduzido da melhor maneira. A seguir, a vereadora Marinor Brito pediu Questão de Ordem pedindo esclarecimentos quanto ao tempo de duração da sessão extraordinária. O presidente respondeu que o tempo de duração da sessão extraordinária - conforme o Regimento Interno da CMB - é o mesmo das sessões ordinárias, duas horas e quarenta e cinco minutos. Subiu à tribuna posteriormente o vereador Rodrigo Moraes e abordou o tema dos altos preços dos alimentos vendidos nos estádios de futebol em Belém. Reportou já ter acionado a esse respeito o Procon e o Ministério Público Estadual do Pará - MPPA sem ter obtido ainda resposta efetiva desses dois órgãos. Inteiro que fará uma fiscalização para garantir que o preço da água esteja condizente com a realidade social da população de Belém, pois a grande maioria dos frequentadores dos estádios são pessoas oriundas das classes populares. Os preços exorbitantes cobrados - dez reais por um copo de água, por exemplo - afastam os torcedores mais pobres, reduzindo o sentimento de pertencimento que cria os vínculos entre clube e torcida, argumentou. Sobrelevou a importância de a CMB fazer essa discussão para que os órgãos de fiscalização atuem em defesa do consumidor, cujos direitos estão sendo usurpados nos espaços esportivos, nos *shows* e demais eventos culturais de nossa cidade. Não há como engrandecer o esporte e a cultura se o acesso aos eventos está sendo encarecido, impedindo que a maioria da população os frequente, postulou. Anunciou que irá ao Mangueirão neste dia, durante o jogo do Remo, para tomar ciência dos preços cobrados e avaliar se a causa da carestia se deve ao vendedor ambulante, ao preço da mercadoria por ele adquirida ou às taxas cobradas dele para que possa comercializar seu produto. Parabenizou depois o Clube do Remo, que daqui a dois dias completará 120 anos, sendo o clube das massas, o mais importante da Região Norte. Cientificou ter protocolado requerimento solicitando uma sessão especial com esse tema, ainda não aprovada porque ainda não foram iniciadas neste ano as sessões ordinárias. Lembrou depois ter sido secretário de Habitação de Belém na gestão municipal anterior, conseguindo concluir a construção de oito mil habitações cujas obras estavam paralisadas. Agradeceu ao presidente Lula, responsável pela retomada do Programa Minha Casa Minha Vida, que destinou milhões de reais para as obras paralisadas em Belém. Divulgou que, no próximo dia 14 de fevereiro - segundo o ministro das Cidades - será entregue à população o Residencial Viver Outeiro, composto por mil e oito unidades habitacionais cujas obras foram retomadas no último período, garantindo moradia digna a mais de mil famílias. É preciso estabelecer as datas de entrega dos residenciais Viver Pratinha, Viver Val-de-Cans e Viver Mosqueiro, cujas obras foram retomadas na gestão anterior, sendo feitas na época a desocupação pacífica e os acordos judiciais necessários, assinalou. Fez-se posteriormente a chamada nominal dos vereadores presentes para verificação de quórum. Não havendo quórum qualificado para a discussão e votação em 2º turno do projeto em tela - projeto que “Altera dispositivos dos arts. 75 e 94 da Lei Orgânica do Município de Belém” - o presidente John Wayne encerrou a sessão, às quinze horas e dois minutos. Justificou sua ausência a vereadora Nay Barbalho. Estavam presentes os vereadores: Bieco, Romi Gás, Blenda Quaresma, Fábio Souza, John Wayne, Neném Albuquerque, Pablo Farah, Silvane Ferraz e Renan Normando, pelo MDB; André Marthá, Pastora Salete, Josias Higino e Túlio Neves, pelo PSD; Agatha Barra, Mayky Vilaça e Zezinho Lima, pelo PL; Vítor Sales, Zeca do Barreiro e Felipe Vinagre, pelo União Brasil; Marinor Brito e Vivi Reis, pelo PSOL; Alfredo Costa e Neia Marques, pelo PT; Augusto Santos e Marcos Xavier, pelo Republicanos; Raquel dos Animais e João Coelho, pelo PDT; Patrícia Queiroz, pelo PP; Lulu das Comunidades, pelo PSDB; Rodrigo Moraes, pelo PC do B; Igor Andrade, pelo Rede Sustentabilidade; Michell Durans, pelo PSB; Moa Moraes, pelo PV; Jorge Vaz, pelo PRD. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. **Auditório João Batista, dia três de fevereiro de 2025.**

JOHN WAYNE
Presidente

TÚLIO NEVES
1º Secretário

LULU DAS COMUNIDADES
2º Secretário

ATA DA 6ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO 1º PERÍODO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA.

No sexto dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às catorze horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém – CMB, sob a presidência do vereador John Wayne. Inicialmente foi feita a chamada nominal dos vereadores presentes para a verificação de quórum. Havendo quórum, o presidente abriu a sessão. Iniciado o Pequeno Expediente, pronunciou-se o vereador Fábio Souza e discorreu que, graças à inteligência emocional e ao senso de responsabilidade que o governador Hélder Barbalho tem em relação aos professores e à causa indígena, finalmente se chegou a um acordo, no dia anterior, encerrando-se a greve dos docentes estaduais. Frisou não se tratar de uma derrota do governo estadual, mas de um avanço resultante de um amadurecimento das relações entre este e a categoria dos professores. Criticou depois a política econômica do governo federal, afirmando que ela está provocando a queda nas vendas do comércio local e não tem compromisso algum com a população brasileira. É preciso buscar o equilíbrio fiscal e reduzir os gastos para equilibrar as contas do país, pontificou. Elogiou em seguida a atuação do prefeito Igor Normando neste início de governo, apontando que ele vai a todos os lugares, acompanha a realização de obras e a retirada de entulhos, entendendo assim como funciona a cidade de Belém. Postulou que quando o gestor municipal governa somente dentro do Palácio não consegue compreender uma cidade onde 70% do espaço urbano foi constituído a partir de ocupações, sem planejamento e sem infraestrutura de saneamento básico. Divulgou a entrega recente pelo governo estadual, em parceria com a Prefeitura Municipal de Belém – PMB, do Canal da Timbó, que periodicamente transbordava, prejudicando os moradores durante quarenta anos. O canal foi totalmente restaurado, não havendo mais risco de alagamentos, atestou. Pablo Farah noticiou a entrega pelo governo estadual, no dia anterior, de 180 viaturas à Polícia Civil do Estado do Pará – PCPA, esclarecendo ter sido resultado também da reivindicação e mobilização do Sindicato dos Servidores Públicos da Polícia Civil do Estado do Pará – Sindpol. A grande redução dos índices de criminalidade no Pará deve-se aos investimentos feitos pelo governo do estado e à atuação dos agentes da lei, indicou, afirmando sentir-se honrado por estar vereador, mas ser policial civil, com muito orgulho. O bom policial deve ser valorizado, em detrimento daquele que comete crimes, pontuou, comentando haver maus profissionais em todas as áreas e cargos. Zezinho Lima mencionou ter havido grande movimentação em nossa capital nas últimas semanas devido à relutância do governador Hélder Barbalho em revogar a Lei 10.820, criticada pelos professores estaduais e pela população indígena. Opinou que Hélder Barbalho revogou a lei por estar completamente sem saída, vendo sua popularidade cair e ganhar força movimentos de outras categorias do funcionalismo público, como os servidores do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Pará – Ideflor-Bio e da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – Semas. Reconheceu a importância da realização da COP 30, expondo, porém, que as obras devem ser feitas, deixando um legado para a cidade. Conclamou os demais vereadores a atuar firmemente na fiscalização dos empreendimentos e a questionar a real utilidade deles para a COP 30 e para a cidade após a realização da conferência. Findo este pronunciamento e havendo quórum qualificado, o presidente encerrou o Pequeno Expediente, entrando em discussão e votação em 2º turno o projeto que “Altera dispositivos dos arts. 75 e 94 da Lei Orgânica do Município de Belém”, constante no Processo nº 18/2025, de autoria da PMB. Na discussão, não houve oradores. Fez-se posteriormente a leitura do projeto. Posto depois em votação nominal, os artigos do projeto foram aprovados por maioria, com vinte e nove votos favoráveis e cinco votos contrários, sem abstenções. O presidente declarou então aprovado em 2º turno o projeto que “Altera dispositivos dos arts. 75 e 94 da Lei Orgânica do Município de Belém”, constante no Processo nº 18/2025. Em seguida, o presidente leu a justificativa de ausência da vereadora Marinor Brito à sessão. A seguir, justificaram seus votos os vereadores Bieco, Pablo Farah, Vivi Reis, Vítor Sales, Zezinho Lima, Silvane Ferraz, Michell Durans, Josias Higino, Romi Gás, Rodrigo Moraes, Neia Marques, Zeca do Barreiro, Renan Normando, Nay Barbalho, Alfredo Costa e Agatha Barra. Em seguida, o presidente John Wayne encerrou a sessão, às quinze horas e vinte minutos. Justificou sua ausência a vereadora Marinor Brito. Estavam presentes os vereadores: Bieco, Romi Gás, Blenda Quaresma, Fábio Souza, John Wayne, Neném Albuquerque, Pablo Farah, Silvane Ferraz e Renan Normando, pelo MDB; André Marthá, Pastora Salete, Josias Higino e Túlio Neves, pelo PSD; Agatha Barra, Mayky Vilaça e Zezinho Lima, pelo PL; Vítor Sales, Zeca do Barreiro e Felipe Vinagre, pelo União Brasil; Vivi Reis, pelo PSOL; Alfredo Costa e Neia Marques, pelo PT; Augusto Santos e Marcos Xavier, pelo Republicanos; Raquel dos Animais e João Coelho, pelo PDT; Patrícia Queiroz, pelo PP; Lulu das Comunidades, pelo PSDB; Rodrigo Moraes, pelo PC do B; Igor Andrade, pelo Rede Sustentabilidade; Michell Durans, pelo PSB; Moa Moraes, pelo PV; Jorge Vaz, pelo PRD. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. **Auditório João Batista, dia seis de fevereiro de 2025.**

JOHN WAYNE
Presidente

TÚLIO NEVES
1º Secretário

LULU DAS COMUNIDADES
2º Secretário

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BELÉM Nº 057, de 19 de fevereiro de 2025.

ALTERA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 42, ADITA INCISO XXI AO ART. 45 E ALTERA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 88 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BELÉM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, nos termos do § 2º, do art. 73, da Lei Orgânica do Município de Belém, promulga a seguinte emenda ao texto da lei orgânica:

Art. 1º Altera o Parágrafo único do art. 42 da Lei Orgânica do Município de Belém, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 42 ...

“Parágrafo único. O número de Vereadores à Câmara Municipal é o máximo resultante da aplicação do disposto no art. 29, inciso IV da Constituição Federal, cuja posse ocorrerá no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao das Eleições Municipais.” (NR).

Art. 2º Adita o inciso XXI ao art. 45 e altera o Parágrafo único do art. 88 da Lei Orgânica do Município de Belém, que passam a ter as seguintes redações:

Art. 45. É de competência privativa da Câmara Municipal:

.....

“XXI - conceder licença ao Vice - Prefeito para ser investido no cargo de Secretário de Estado ou Secretário Municipal.” (AC)

Art. 88. Substituirá o Prefeito, no caso de impedimento, e suceder-lhe-á, no caso de vaga, o Vice-Prefeito.

“Parágrafo único. Sem prejuízo de seu mandato, mas tendo de optar pela remuneração, o Vice-Prefeito poderá ser nomeado Secretário Municipal ou Secretário de Estado.” (NR)

Art. 3º. Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, em 19 de fevereiro de 2025.

Vereador JOHN WAYNE
Presidente da Câmara Municipal de Belém

Vereador TULIO NEVES **Vereador LULU DAS COMUNIDADES**
1º Secretário 2º Secretário, em exercício

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BELÉM nº 058, de 19 de fevereiro de 2025.

ALTERA O § 1º DO ARTIGO 47 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BELÉM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, nos termos do § 2º, do art. 73, da Lei Orgânica do Município de Belém, promulga a seguinte emenda ao texto da lei orgânica:

Art. 1º Fica alterado o § 1º do art. 47 da Lei Orgânica do Município de Belém, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 47 ...

“§ 1º. É vedada a alteração dos atuais topônimos do Município, exceto quando em homenagem ao centenário de nascimento de pessoas ilustres, com referendo popular ou em razão de abaixo assinado de 1% do eleitorado municipal, sendo vedada a alteração em nome de pessoas que violaram direitos humanos e/ou praticaram crimes hediondos com sentença transitada em julgado.” (NR)

Art. 2º. Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, em 19 de fevereiro de 2025.

Vereador JOHN WAYNE
Presidente da Câmara Municipal de Belém

Vereador TULIO NEVES **Vereador LULU DAS COMUNIDADES**
1º Secretário 2º Secretário, em exercício

RESOLUÇÃO Nº 001, de 19 de fevereiro de 2025.

Concede Licença ao Senhor Vereador **GLEISSON OLIVEIRA DA SILVA** e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, estatui e a Mesa promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica concedida ao Senhor Vereador **GLEISSON OLIVEIRA DA SILVA**, licença do **Mandato Parlamentar**, a contar de 02.01.2025, para exercer o cargo comissionado de Secretário de Esporte, Juventude e Lazer – SEJEL do

município de Belém, conforme Decreto nº 113.305/2025 - PMB, de acordo com o disposto no art. 51, inciso III e art. 65 “caput” da Lei Orgânica do Município de Belém, combinado com o art. 53 “caput” da Resolução nº 15, de 16.12.92-Regimento Interno da Câmara Municipal de Belém, e considerando deliberação plenária na Sessão Ordinária do dia 19.02.2025, constante do Processo nº **140/2025**.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02.01.2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 19 de fevereiro de 2025.

Vereador JOHN WAYNE
Presidente da Câmara Municipal de Belém

Vereador TULIO NEVES
1º Secretário

Vereador LULU DAS COMUNIDADES
2º Secretário, em exercício

RESOLUÇÃO Nº 002, de 19 de fevereiro de 2025.

Concede Licença à Senhora Vereadora **EMINA SILVANE GOMES DA SILVA FERRAZ** e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, estatui e a Mesa promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica concedida à Senhora Vereadora **EMINA SILVANE GOMES DA SILVA FERRAZ**, licença do **Mandato Parlamentar**, a contar de 18.02.2025, para exercer o cargo comissionado de Secretária Municipal da Mulher - SEMU, conforme Decreto nº 113.486/2025, datado de 17 de fevereiro de 2025, de acordo com o disposto no art. 51, inciso III e art. 65 “caput” da Lei Orgânica do Município de Belém, combinado com o art. 53 “caput” da Resolução nº 15, de 16.12.92-Regimento Interno da Câmara Municipal de Belém, e considerando deliberação plenária na Sessão Ordinária do dia 19.02.2025, constante do Processo nº **214/2025**.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18.02.2025

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 19 de fevereiro de 2025.

Vereador JOHN WAYNE
Presidente da Câmara Municipal de Belém

Vereador TULIO NEVES
1º Secretário

Vereador LULU DAS COMUNIDADES
2º Secretário, em exercício

RESOLUÇÃO Nº 003, de 19 de fevereiro de 2025.

Concede Licença à Senhora Vereadora **NAYARA BARBALHO DA CRUZ**, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, estatui e a Mesa promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica concedida à Senhora Vereadora **NAYARA BARBALHO DA CRUZ**, licença do **Mandato Parlamentar**, a contar de 18.02.2025, para exercer o cargo comissionado de Secretária Municipal de Inclusão e Acessibilidade do Município de Belém, conforme Decreto nº 113.484/2025, de 17 de fevereiro de 2025, de acordo com o disposto no art. 51, inciso III e art. 65 “caput” da Lei Orgânica do Município de Belém, combinado com o art. 53 “caput” da Resolução nº 15, de 16.12.92-Regimento Interno da Câmara Municipal de Belém, e considerando deliberação plenária na Sessão Ordinária do dia 19.02.2025, constante do Processo nº **141/2025**.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18.02.2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 19 de fevereiro de 2025.

Vereador JOHN WAYNE
Presidente da Câmara Municipal de Belém

Vereador TULIO NEVES
1º Secretário

Vereador LULU DAS COMUNIDADES
2º Secretário, em exercício

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2025

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, Estado do Pará, nos termos do disposto no parágrafo único do art. 51 da Lei Orgânica do Município de Belém, e no uso das atribuições que lhe conferem o arts. 13, XVIII, e 145, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, c/c arts. 306, IV, §§ 4º e 5º, e 312, II, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, FAZ SABER através do presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO, que fica o Senhor **ADALBERTO ARAÚJO ROCHA JUNIOR**, na qualidade de Primeiro Suplente do Partido MDB - Movimento Democrático Brasileiro, **CONVOCADO** para tomar posse, em virtude da Licença da Vereadora **EMINA SILVANE GOMES DA SILVA FERRAZ**, no prazo regimental de 10 (dez) dias a contar da publicação deste Edital, na sala da Presidência da Câmara Municipal de Belém, ou declare, por escrito, a impossibilidade de assumir o exercício do mandato, como determina o § 3º do art. 145 do Regimento Interno deste Poder Legislativo.

Para atendimento da presente convocação deverá o CONVOCADO apresentar:

- Documentos de Identificação;
- Comprovante de Residência;
- Diploma fornecido pela Justiça Eleitoral;
- Declaração de Bens.

E, para que chegue ao conhecimento do CONVOCADO e produzir os seus efeitos legais, mando o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO, ser publicado no Diário Oficial e no site transparência da Câmara Municipal de Belém, bem como determino que dos seus termos seja oficiado o CONVOCADO.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, ESTADO DO PARÁ, aos 19 dias do mês de fevereiro de 2025.

Vereador **JOHN WAYNE HOLANDA PARENTE**
Presidente da Câmara Municipal de Belém

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 007/2025

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, Estado do Pará, nos termos do disposto no parágrafo único do art. 51 da Lei Orgânica do Município de Belém, e no uso das atribuições que lhe conferem o arts. 13, XVIII, e 145, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, c/c arts. 306, IV, §§ 4º e 5º, e 312, II, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, FAZ SABER através do presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO, que fica a Senhora **EDUARDA DE NAZARÉ PENA GRAIM**, na qualidade de Primeira Suplente do Partido Progressista (PP), **CONVOCADA** para tomar posse, em virtude da Licença da Vereadora **NAYARA BARBALHO DA CRUZ**, no prazo regimental de 10 (dez) dias a contar da publicação deste Edital, na sala da Presidência da Câmara Municipal de Belém, ou declare, por escrito, a impossibilidade de assumir o exercício do mandato, como determina o § 3º do art. 145 do Regimento Interno deste Poder Legislativo.

Para atendimento da presente convocação deverá a CONVOCADA apresentar:

- Documentos de Identificação;
- Comprovante de Residência;
- Diploma fornecido pela Justiça Eleitoral;
- Declaração de Bens.

E, para que chegue ao conhecimento da CONVOCADA e produzir os seus efeitos legais, mando o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO, ser publicado no Diário Oficial e no site transparência da Câmara Municipal de Belém, bem como determino que dos seus termos seja oficiado a CONVOCADA.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, ESTADO DO PARÁ, aos 19 dias do mês de fevereiro de 2025.

Vereador **JOHN WAYNE HOLANDA PARENTE**
Presidente da Câmara Municipal de Belém

ATA DA CERIMÔNIA DE POSSE DOS VEREADORES ADALBERTO ARAÚJO ROCHA JÚNIOR E EDUARDA DE NAZARÉ GRAIM PALHETA.

No vigésimo primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às dez horas e vinte minutos, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém - CMB no Gabinete da Presidência do Poder Legislativo. O presidente John Wayne Holanda Parente deu por aberta a cerimônia a fim de dar posse ao Exmo. Sr. Adalberto Araújo Rocha Júnior, em virtude do pedido de licença da Vereadora Emina Silvano Gomes da Silva Ferraz para exercer, a convite, o cargo de Secretária Municipal da Mulher do Município de Belém, e à Exma. Sra. Eduarda de Nazaré Graim Palheta, em virtude do pedido de licença da Vereadora Nayara Barbalho da Cruz para exercer, a convite, o cargo de Secretária Municipal de Inclusão e

Acessibilidade do Município de Belém. Invocando as bênçãos de Deus e em observância aos dispositivos legais da Lei Orgânica do Município de Belém - LOMB e do Regimento Interno deste Poder, constituídos na forma dos artigos 58 e 59 da LOMB e do artigo 10, §§ 1º e 2º, artigo 13, inciso XI, e artigo 145 da Resolução nº 15, de 16/12/1992 - Regimento Interno, em seguida, o presidente solicitou ao senhor Adalberto Araújo Rocha Júnior e à senhora Eduarda de Nazaré Graim Palheta que apresentassem seus diplomas, declarações de bens e posteriormente realizassem seus juramentos. Após a entrega e conferência dos documentos solicitados, o senhor Adalberto Araújo Rocha Júnior e a senhora Eduarda de Nazaré Graim Palheta proferiram o seguinte juramento: "Prometo defender e cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei Orgânica do Município de Belém, as demais leis e trabalhar em benefício dos reais interesses do povo e do município de Belém, com o objetivo de construir uma sociedade livre, justa e solidária". Logo depois, o presidente John Wayne solicitou ao vereador Túlio Neves, na qualidade de 1º secretário, a leitura do Termo de Posse. Ao término da leitura, o presidente convidou o senhor Adalberto Araújo Rocha Júnior e a senhora Eduarda de Nazaré Graim Palheta, os membros da Mesa - Túlio Neves (1º secretário) e José Augusto Pereira dos Santos (2º Secretário) a assinarem o Termo de Posse. Logo depois do registro dessas assinaturas, o presidente John Wayne declarou o senhor Adalberto Araújo Rocha Júnior e a senhora Eduarda de Nazaré Graim Palheta empossados na forma da Lei. Em seguida, o presidente declarou encerrada a cerimônia. **Gabinete da Presidência do Poder Legislativo, dia 21 de fevereiro de 2025.**

JOHN WAYNE

Presidente

TULIO NEVES

1º Secretário

AUGUSTO SANTOS

2º Secretário

TERMO DE POSSE DA 20ª LEGISLATURA**POSSE DOS VEREADORES****ADALBERTO ARAÚJO ROCHA JUNIOR E EDUARDA DE NAZARÉ GRAIM PALHETA**

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 10h20, nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, na sede do Poder Legislativo Municipal, Palácio Augusto Meira Filho, no Gabinete da Presidência, e sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Vereador **JOHN WAYNE HOLANDA PARENTE**, secretariado pelos Excelentíssimos Senhores Vereadores **TULIO DIAS DAS NEVES**, 1º Secretário e **JOSÉ AUGUSTO PEREIRA DOS SANTOS**, 2º Secretário, em exercício, nos termos dos Editais 06 e 07/2025, de 19.02.2025, como se registra na Ata desta solenidade, reuniram-se para dar posse, em caráter temporário, as vagas de vereadores o Senhor **ADALBERTO ARAÚJO ROCHA JUNIOR**, na qualidade de Primeiro Suplente do Partido -MDB, Movimento Democrático Brasileiro, em virtude de Licença da Vereadora **EMINA SILVANE GOMES DA SILVA FERRAZ**, para ocupar o cargo de Secretária Municipal da Mulher e a Senhora **EDUARDA DE NAZARÉ GRAIM PALHETA**, na qualidade de Primeira Suplente do Partido Progressista (PP), em virtude de Licença da Vereadora **NAYARA BARBALHO DA CRUZ**, para ocupar o cargo de Secretária Municipal de Inclusão e Acessibilidade. E, depois de terem prestado os devidos compromissos legais e demais exigências constantes da Lei Orgânica do Município de Belém e Regimento Interno deste Poder Legislativo Municipal - Resolução nº 15, de 16 de dezembro de 1992, subscrevem o presente TERMO DE POSSE Excelentíssimos Senhores Vereadores **ADALBERTO ARAÚJO ROCHA JUNIOR** e **EDUARDA DE NAZARÉ GRAIM PALHETA**, empossados nesta Solenidade. E eu, Ellen Christine Silva Farache, Diretora Legislativa da Câmara Municipal de Belém, lavrei o presente Termo, em 21 de fevereiro de 2025.

ADALBERTO ARAÚJO ROCHA JUNIOR

EDUARDA DE NAZARÉ GRAIMPALHETA

ATA DA SESSÃO SOLENE DE ABERTURA DOS TRABALHOS ORDINÁRIOS DO 1º PERÍODO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA E LEITURA DA MENSAGEM DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR IGOR WANDER CENTENO NORMANDO - PREFEITO MUNICIPAL DE BELÉM.

No décimo sétimo dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às dez horas e trinta minutos, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém - CMB para a realização desta sessão solene. Inicialmente o mestre de cerimônias convidou a compor a Mesa o vereador John Wayne (presidente da CMB), Igor Normando (prefeito municipal de Belém), Cássio Andrade (vice-prefeito municipal de Belém), o desembargador Roberto Gonçalves de Moura (presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará - TJPA), o vereador Túlio Neves (primeiro-secretário da CMB), Luís da Cunha Teixeira (conselheiro e vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará - TCE-PA, representando esta instituição) e Luciana Filizola (subdefensora pública geral, representando a Defensoria Pública do Estado do Pará - DPE-PA). Em

seguida, o mestre de cerimônias pediu a todos que, em posição de respeito, ouvissem a execução do Hino Nacional Brasileiro pela Banda de Música da Guarda Municipal de Belém - GMB. Finda esta execução, o presidente John Wayne declarou aberta a sessão. A seguir, o mestre de cerimônias fez o registro da presença dos vereadores: Neném Albuquerque, Bieco, Silvane Ferraz, Fábio Souza, John Wayne, Pablo Farah, Roni Gás, Josias Higino, Pastora Salete, Túlio Neves, André Martha, Agatha Barra, Mayky Vilaça, Zezinho Lima, Vítor Sales, Zeca do Barreiro, Marinor Brito, Vivi Reis, Alfredo Costa, Neia Marques, Marcos Xavier, Augusto Santos, Raquel dos Animais, Patrícia Queiroz, Nay Barbalho, Lulu das Comunidades, Rodrigo Moraes, Igor Andrade, Michell Durans, Moa Moraes e Jorge Vaz. Posteriormente, o mestre de cerimônias convidou o prefeito de Belém a proceder à leitura da Mensagem encaminhada a esta casa legislativa. Subiu então à tribuna o prefeito Igor Normando e cumprimentou o presidente John Wayne e todos os servidores da CMB, lembrando ter servido dois mandatos como vereador de Belém. Cumprimentou também o vice-prefeito Cássio Andrade, o desembargador Roberto Gonçalves de Moura, o conselheiro Luís da Cunha Teixeira, a subprocuradora Luciana Filizola e os vereadores de Belém presentes à sessão. Expressou estar iniciando uma jornada conjunta com o objetivo pleno de atender as necessidades e os desejos da população, por uma Belém próspera, acolhedora e de oportunidades para todas. Agradeceu a Deus e a todas as lideranças que o apoiaram, aderindo ao projeto político de colocar nossa cidade de volta a um lugar de protagonismo entre as capitais brasileiras, retomando o título de Capital da Amazônia. Agradeceu especialmente ao governador Hélder Barbalho o apoio decisivo ao projeto de colocar Belém no rumo certo de desenvolvimento, afirmando que, ao longo de sua gestão, contará com a parceria e a colaboração do governo estadual para transformar a cidade e fazer com que seus habitantes possam viver em um ambiente saudável, com segurança. O ano de 2025 é desafiador, reconheceu, pois em novembro vindouro o mundo estará com as atenções voltadas para Belém - com a realização da COP 30 - e a cidade deverá estar preparada para receber mais de 60 mil pessoas de 193 países e de cinco continentes. Tal desafio está sendo superado pela Prefeitura Municipal de Belém - PMB com muito trabalho, com o apoio do governo estadual e do governo federal, apontou. Neste período, importantes obras estão sendo entregues pela PMB, pelo governo estadual e pelo governo federal, fazendo com que nossa capital avance em direção a um legado jamais visto, garantiu. Admitiu ser muito difícil superar os problemas históricos de Belém, após décadas de omissão e incapacidade dos governantes municipais, expondo que muitas questões não serão resolvidas em curto prazo, mas será iniciada a transformação da cidade para uma nova realidade. Esclareceu que seu compromisso com os belenenses é a realização de seu plano de governo, constituído de dez eixos temáticos, alinhado às grandes demandas sociais, apontando que as políticas públicas devem avançar e combater todo e qualquer tipo de desigualdade. Para isso, continuou, a máquina pública deve estar enxuta e modernizada para que as ações correspondam às demandas da população, pontuou. Asseverou que sua gestão tem se empenhado incansavelmente em compreender o funcionamento das pastas governamentais e como as diversas políticas públicas reduzem a desigualdade e promovem a oportunidade. Reportou que, como medida imediata nos cem primeiros dias de governo, adotou a premissa da redução dos gastos públicos, reduzindo o número de cargos comissionados, fiscalizando cuidadosamente os contratos, como o uso de combustível pela administração direta. A situação problemática encontrada na Saúde caracterizava-se pela falta de pessoal nas Unidades Básicas de Saúde - UBS, bem como pela falta de remédios e equipamentos essenciais, descreveu. Além de priorizar a Atenção Primária em Saúde, a assistência à criança e à mulher e a prevenção de doenças com a ampliação da Estratégia Saúde da Família - ESF, frisou, é preciso enfrentar o avanço do uso de drogas, que destrói famílias e compromete o futuro dos jovens, além de cuidar das pessoas com deficiência e atender à população das ilhas com policlínicas fluviais itinerantes. Para um Belém mais segura, indicou, foi criada a Secretaria Municipal de Segurança, Ordem Pública e Mobilidade - Segbel, integrando a Guarda Municipal de Belém - GMB, a Defesa Civil de Belém e a Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém - Semob, visando facilitar a integração do município aos sistemas de segurança pública do estado e da União. Uma das bases da prosperidade de um povo é a educação, salientou, notificando que - com o apoio do governo do estado e do governo federal e a participação de organizações civis religiosas e acadêmicas - a administração municipal ampliará o acesso ao Ensino Infantil e Fundamental, aumentando a oferta de vagas em creches, e investirá na alfabetização de jovens e adultos. Disse ser crítica a situação do transporte coletivo na capital paraense e que a população flutuante aumentará exponencialmente em 2025 por conta da COP 30. A falta de planejamento e de investimentos em mobilidade urbana tem prejudicado cerca de um milhão e trezentos mil habitantes que usam o transporte público, sendo imprescindível a implantação plena do sistema BRT, bem como a adoção de outras soluções alinhadas à baixa emissão de CO2 que favoreçam o surgimento e consolidação das novas linhas alimentadoras, troncais e complementares, utilizando-se veículos refrigerados e elétricos, menos poluentes. Comunicou que para a segurança viária atuarão 176 policiais militares - ação viabilizada através de um convênio firmado com o governo do estado - e esse efetivo está em fase final de treinamento especializado para atuar na fiscalização do trânsito e controle do fluxo de veículos. Expôs que em Belém devem ser adotadas políticas voltadas para o meio ambiente e as mudanças climáticas, sendo essencial elevar o acesso à água potável e ao esgotamento sanitário, ampliar as rotas de coleta seletiva de lixo domiciliar, fortalecer e modernizar os parques urbanos, aumentar a cobertura vegetal nas áreas urbanas e periféricas da cidade, mitigar pontos tradicionais de alagamento e reduzir a emissão de gases do efeito estufa. Explicou que a maior parte das emissões de dióxido de carbono em nossa capital advém do setor de transporte, principalmente de carros particulares, com a queima de combustível fóssil. Assim sendo, em parceria com o governo estadual, comprometeu-se a propor e efetivar soluções que alterem os padrões de mobilidade e consumo, incentivando a mobilidade ativa e o uso do transporte público. Ao começar o mandato, lembrou, deu início à operação Belém Limpa, realizando ações emergenciais por cem dias, incluindo a desobstrução de canais, microdrenagem, revitalização de praças, intensificação da coleta de resíduos sólidos e limpeza geral dos cemitérios da cidade. Aditou que a operação é feita com o auxílio do governo estadual, através da Secretaria de Estado de

Administração Penitenciária - Seap, que disponibiliza cem pessoas para apoiá-la. Nossa cidade possui grande diversidade cultural, sublinhou, destacando a culinária singular, o patrimônio histórico, as festas populares tradicionais e a maior manifestação católica do mundo, o Círio de Nazaré. Fomentar os setores da cultura e do turismo é fundamental para o desenvolvimento de Belém e, por isso, foi criada a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo - Semcult, referiu, comunicando que serão desenvolvidos programas de revitalização do Centro Histórico, requalificação de equipamentos públicos de potencial turístico e incentivo ao turismo de natureza, especialmente nas ilhas. As bases da economia de nossa cidade são o comércio e os serviços, sendo necessário ampliá-las para melhorar a qualidade de vida do nosso povo, estimulando a indústria do turismo e a gastronomia, postulou. Nesse sentido, continuou, deve ser incentivado o empreendedorismo e a criação de micro e pequenas empresas, com foco na competitividade em um mercado cada vez mais exigente. Deve haver apoio técnico, com tratamento diferenciado para os empreendedores, estímulo à criação de pólos de bioeconomia e negócios inovadores em economia verde, capacitação das mulheres chefes de família e incentivo à agricultura familiar, complementou. Em relação à juventude, considerou ser dever da gestão pública efetivar políticas que garantam direitos e oportunidades para todos, especialmente para os que sofrem nas periferias. Desse modo, retomou, serão criados programas para levar serviços públicos, cultura, qualificação e lazer aos bairros. Também serão estabelecidos convênios com empresas contratadas pela PMB para destinar vagas de trabalho a jovens, mulheres e pessoas com deficiência. Divulgou ainda que, em parceria com o governo estadual, será oferecida uma linha de crédito especial para jovens empreendedores. Políticas públicas de combate à discriminação e à violência contra as minorias reforçarão o reconhecimento de direitos e cidadania às populações e serão criadas oportunidades de qualificação profissional, trabalho e renda, testificou. Sua gestão será baseada nos princípios de eficiência, racionalidade nos gastos públicos e transparência, com uma busca permanente de aperfeiçoamento e de novas práticas que visem à agilidade e à qualidade na prestação dos serviços à população. Para isso, prosseguiu, é imperativo modernizar a máquina administrativa, com a atualização de seu parque tecnológico e a informatização de processos e procedimentos institucionais, tornando possível conectar o cidadão às ações municipais e atender suas demandas em menor tempo. As administrações distritais serão transformadas em subprefeituras, processo já iniciado em Mosqueiro, Icoaraci e Outeiro, participou, explicando ser uma forma de descentralizar a oferta de serviços e agilizar o atendimento aos moradores. Os servidores municipais serão valorizados em sua gestão, afirmou, devendo receber formação continuada para o bom desempenho de suas tarefas e remuneração justa. O déficit habitacional é um problema grave em Belém, assumiu, explicando que 72 mil famílias moram em imóveis precários e 60% da população vive em áreas de favela, sendo que 30% dos domicílios não têm registro formal. Para superar tal situação, notificou, serão realizadas parcerias com o governo do estado e com o governo federal, havendo também a participação do setor privado e do terceiro setor, objetivando-se a criação de programas sólidos para reforma de moradias, regularização fundiária e construção de novas habitações. Neste sentido, acrescentou, buscará mais investimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida, gerenciado pelo Ministério das Cidades. A efetivação dos programas anteriormente expostos não será possível sem a decisiva contribuição dos vereadores da CMB, anuiu, defendendo a relação harmônica e respeitosa entre o Legislativo e o Executivo Municipal, pautada no reconhecimento da independência dos poderes. Tal relação terá como base o diálogo na defesa dos interesses da população e decisões importantes serão tomadas pela CMB em 2025, assinalou. Citou dentre estas a Reforma Administrativa, visando modernizar a estrutura do Executivo para atender com eficiência as demandas da população, e a revisão do Plano Diretor Urbano de Belém, que demanda atualização urgente. Externou respeitar a força do Poder Legislativo, entendendo-o como um reflexo da sociedade que reúne espectros ideológicos e visões de mundo distintas e mostra a diversidade de nossa população. Expressou o desejo de manter com a CMB uma relação harmoniosa e propositiva, de debates importantes para a cidade, de modo a fazer de Belém novamente a Capital da Amazônia. Findo este pronunciamento, assumiu a palavra o líder da Oposição, vereador Mayky Vilaça e declarou que apoiará os projetos de lei benéficos à cidade, de iniciativa da PMB ou de qualquer partido, e esta será a postura dos demais vereadores do PL. Crítico a utilização de policiais militares na segurança e fiscalização do trânsito de Belém, opinando que, ao invés disso, deveriam fortalecer o combate à criminalidade na cidade. Chamou a atenção para a expansão da influência e do poder da facção criminosa Comando Vermelho em nossa capital, alertando que cobram taxas de comerciantes, mas tal fato não é divulgado. Desejou uma boa gestão ao prefeito Igor Normando, observando que a má gestão pública traz sofrimento ao povo. Subiu posteriormente à tribuna o vereador Fábio Souza, líder do Governo, e ressaltou completar hoje quarenta e seis dias a atual gestão municipal, mas parece ser muito mais tempo. Tendo testemunhado o abandono da cidade nos últimos quatro anos pela gestão anterior, classificou Igor Normando como um prefeito que tem os pés no chão, pois tomou a decisão de trabalhar de catorze a dezesseis horas por dia acompanhando o trabalho de limpeza realizado nos bairros de Belém. Os canais da cidade transbordam não apenas pelo excesso de água, mas também devido ao acúmulo de sedimentos, sobrelevo. Além da limpeza dos canais, está sendo feito um trabalho constante de poda de árvores, de supressão das árvores que devem ser retiradas e acompanhamento diário da situação, anotou, destacando existirem 130 mil árvores em nossa cidade. Qualificou a atual gestão municipal como um governo de coragem porque tomou as medidas necessárias para reduzir os gastos públicos, fazendo cortes significativos que permitirão a economia de 120 milhões de reais no primeiro ano de governo. Destacou a postura pessimista de alguns setores políticos e de parte da sociedade belenense, que criticam a realização da COP 30 em Belém e questionam os benefícios dela resultantes para nossa população. Assegurou que a COP 30 deixará um grande legado em obras estruturantes, trará grandes melhorias no transporte público e na mobilidade urbana, no saneamento e no sistema básico de saúde, sendo que as primeiras ações já estão sendo tomadas. A COP 30 não será luxuosa como a realizada em Dubai, mas deve mostrar ao mundo a realidade da Amazônia, comparou, evidenciando haver 29 milhões de pessoas que dependem diretamente da floresta e precisam ter dignidade de vida. Declarou que a CMB apoiará o prefeito Igor

Normando e que a distopia criada por um grupo de pessoas, criando um cenário de opressão e totalitarismo, não ocorrerá porque a atual gestão municipal tem como marca a coragem. Findo este pronunciamento, assumiu a presidência da Mesa a vereadora Neia Marques. Subiu então à tribuna o vereador John Wayne e saudou as autoridades presentes, os demais vereadores e os funcionários da CMB. Agradeceu ao deputado Chicão, presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará – Alepa, a cessão do espaço para a realização das atividades da CMB. Desejou pleno sucesso ao prefeito Igor Normando na gestão municipal de Belém, recordando que ele já demonstrou sua competência como secretário estadual, vereador de Belém e deputado estadual e afirmando que certamente ele desenvolverá um belo trabalho à frente da PMB. Atestou ao prefeito que pode contar com a CMB para a aprovação de projetos que visem à melhoria na vida da nossa população, assentindo haver muito a ser feito para a consecução do objetivo de trazer benefícios para Belém. Recordou que o presidente Lula aqui esteve, na semana anterior, e pôde ver de perto a transformação por que passa nossa amada cidade. Alegou que, a partir da COP 30 e com o auxílio do governo federal, do ministro Jader Filho e do governador Hélder Barbalho esse trabalho será fortalecido a fim de deixar um legado para nossa capital. Hoje são iniciadas as atividades legislativas do ano de 2025 e seguiremos buscando avanços e melhor qualidade de vida para nossos municípios, declarou. Enfatizou que muitos investimentos estão sendo feitos para a realização da COP 30 no final do ano, opinando que certamente Belém será elogiada por todos. Findo o seu pronunciamento, o vereador John Wayne reassumiu a presidência da Mesa. Posteriormente, o mestre de cerimônias anunciou que seria executado o Hino da Cidade de Belém pela Banda de Música da GMB. Finda esta execução, o presidente John Wayne agradeceu pela presença de todos e encerrou a sessão, às onze horas e trinta minutos. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Belém, Palácio da Cabanagem, **Salão Plenário Newton Miranda, dia 17 de fevereiro de 2025.**

JOHN WAYNE
Presidente

TÚLIO NEVES
1º Secretário

AUGUSTO SANTOS
2º Secretário

ATO Nº 2540/2024, de 31 de dezembro de 2024.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno.

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do Art.44, Parágrafo Único, Inciso I, da Lei nº 7.502/90, de 20.12.90, servidores abaixo relacionados, ocupantes do cargo comissionado do Gabinete do Vereador **CLEOSON SOUZA**, a partir de 31.12.2024.

COORDENADOR DE GABINETE – CMB-DAS-200.3

ADRIENNE BITTENCOURT RESQUE ESASHIKA

SECRETÁRIO LEGISLATIVO

NÍVEL 01

ADRIANA DE JESUS FERNANDES
ANA CARLA SANTOS CARMO
EZEQUIAS JOA DOS SANTOS CARDOSO
GEDILSON MARCELINO DA SILVA E SILVA
INGRID CARVALHO DA SILVA
KEILA REGINA AMARAL MACEDO

NÍVEL 02

EDILSON FRANCO MENDES

NÍVEL 4

MAYARA CRISTINA BARBOSA FIGUEIRA
YASMIN RAYSSA LIMA DA COSTA

NÍVEL 5

ANTONIO ALEXANDRE CAMARA MONTEIRO

NÍVEL 6

BENEDITO SILVA ROSARIO JUNIOR

NÍVEL 7

ALDA CLEUDE SOUZA DE LIMA
CLELIA SANTOS DE QUIROZ
GRAZIELLE SUELLEN MENDES DA SILVA
JHON GREYK GOMES FERREIRA
KARLA CRISTIANNE SILVA DO CARMO
NEEMIAS DE FRANCA DUTRA

NÍVEL 8

ESTER MARTINS PACHECO FERREIRA
LUIZA PANTOJA DUTRA VIANA
MARIA NANNIE FERREIRA DE ALMEIDA

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 31 de dezembro de 2024.

JOHN WAYNE
Presidente

ÁLLAN POMBO
1º Secretário

EMERSON SAMPAIO
2º Secretário

EXTRATO DE CONTRATO:

Contrato administrativo nº 03/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO

Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93

Contratante: Câmara Municipal de Belém

Contratada: J C Nascimento

Signatário: John Wayne Holanda Parente e

Albertino Afonso Costa Nascimento

Objeto: contratação de empresa especializada na Locação de Sistema de Informática na gestão de Recursos Humanos.

Prazo: 12 meses

Valor Mensal: R\$ 6.545,85

Valor Total do Contrato: R\$ 78.550,20

Projeto Atividade: 2173 - Operacionalização das Ações Administrativas

Natureza da Despesa: 33.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Data da Assinatura: 16 de fevereiro de 2025

ATO Nº 2541/2024, de 31 de dezembro de 2024.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno.

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do Art.44, Parágrafo Único, Inciso I, da Lei nº 7.502/90, de 20.12.90, servidores abaixo relacionados, ocupantes do cargo comissionado do Gabinete do Vereador **PABLO FARAH**, a partir de 31.12.2024.

COORDENADOR DE GABINETE – CMB-DAS-200.3

SALOMÃO DAVID MEIRELLES ABEN ATHAR

SECRETÁRIO LEGISLATIVO

NÍVEL 01

ADRIANA CARDOSO CARDIAS
CATARINA BAHIA DOS REIS
JOÃO CARLOS DOS SANTOS ALVES
NIVEA MARINA TEIXEIRA LEAL
TONY ALBERTH NASCIMENTO MESQUITA

NÍVEL 02

JEFERSON JEAN RAMOS
LUIZ ALBERTO NASCIMENTO MESQUITA

NÍVEL 4

JAISON SOUZA DA SILVA
WALTER HERMENEGILDO DE MORAES JUNIOR

NÍVEL 5

ELDER LUIS DOMONT COSTA

NÍVEL 6

JESSICA HELLEN DO CARMO MARTINS

NÍVEL 7

ANA THAISE AMARAL NEVES
CARLOS FERNANDES DOS SANTOS BARBOSA
EDRIANE DA SILVA FERREIRA
ISIS CILENE TEIXEIRA LEAL
JAIRO ABREU FERREIRA
MIGUEL DOS SANTOS LARANJEIRA
PAULO VITOR MELO SOUSA
SERGIO DE SOUZA PINTO JUNIOR
THALES MARTINS

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM, 31 de dezembro de 2024.

JOHN WAYNE
Presidente

ÁLLAN POMBO
1º Secretário

EMERSON SAMPAIO
2º Secretário